Public Disclosure Authorized
Public Disclosure Authorized
Public Disclosure Authorized
Public Disclosure Authorized

ACTUALIDADE ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

Atenção ao Défice de Investimento Rural

Dezembro 2019

GRUPO BANCO MUNDIAL

A série Actualidade Económica de Moçambique do Banco Mundial (MEU - "Mozambique Economic Update") foi concebida para apresentar avaliações oportunas e concisas quanto às tendências económicas actuais em Moçambique, à luz dos desafios de desenvolvimento mais alargados do país. Cada edição inclui uma secção sobre os desenvolvimentos económicos recentes e uma discussão sobre as perspectivas económicas de Moçambique, seguida por uma secção de enfoque que analisa questões particularmente importantes. A secção de enfoque desta edição explora as disparidades no acesso a infra-estruturas e serviços básicos entre as províncias de Moçambique e fornece recomendações para melhorar a cobertura espacial do programa de investimentos públicos. A série MEU procura fornecer informações úteis para as discussões no âmbito do Banco Mundial, bem como contribuir para um debate robusto sobre o desempenho económico de Moçambique e os desafios fundamentais da política macroeconómica, entre os funcionários do governo, os parceiros de desenvolvimento internacional do país e a sociedade civil.

A data-limite para a edição actual do MEU foi o dia 30 de Novembro de 2019.

Índice

Acrónimos e Abreviaturas iv
Reconhecimentos v
Sumário Executivo 1
Primeira Parte: Desenvolvimentos Económicos Recentes 4
- Crescimento Económico 4
- Taxa de Câmbio e Inflação 10
- O Sector Externo 11
- Política Fiscal 15
- Política Monetária 20

Segunda Parte: Atenção ao Défice de Investimento Rural 25
- Défice Crescente no Acesso a Infra-Estruturas Básicas 26
- Até que ponto o Programa de Investimento Público contribuiu para o Aumento das Disparidades de Acesso? 29
- Distribuição Espacial do Programa de Investimento Público 31
- Porquê Investir em Reduzir o Défice de Investimento Rural? 33

Referências 40

FIGURAS

Figura 1: Redução da iluminação eléctrica na Beira após a passagem do Idai 6
Figura 2: Estimativa do número de pobres directamente afectados por inundações e ventos destrutivos associados ao ciclone Idai 6
Figura 3: Os choques ciclónicos enfraqueceram a produção agrícola em 2019 7
Figura 4: ...e a produção de carvão também abrandou 7
Figura 5: Em contraste, a procura de serviços e da indústria transformadora está a começar a recuperar ... 8
Figura 6: Prevê-se que o crescimento do PIB diminua em 2019, antes de recuperar para 5% em 2021 8
Figura 7: Os pedidos de suborno estão a aumentar e a tornar-se cada vez mais comuns no processo de obtenção de uma licença de construção ou ligação à rede eléctrica 8
Figura 8: Se todas as boas práticas locais fossem adoptadas, o desempenho global de Moçambique melhoraria, permitindo-lhe subir 22 posições na tabela 9
Figura 9: As pressões mais baixas sobre os preços dos alimentos contribuíram para o desagravamento da inflação em termos gerais 10
Figura 10: A recente valorização da taxa de câmbio real poderá estar a contribuir para um crescimento mais atenuado das exportações de produtos não extractivos 11
Figura 11: O défice da conta corrente (excluindo as mais-valias) deverá manter-se estável em 2019..... 13
Figura 12: ...dado que os níveis mais baixos de importação 13
Figura 13: ... compensam a queda nas exportações de matérias-primas 13
Figura 14: Elevados níveis de IDE continuam a apoiar a posição externa 13

Figura 15: Em 2019, verificou-se uma inversão dos avanços na consolidação fiscal ... 18
Figura 16: Prevê-se que, em 2019, as despesas com o sector prioritário tenham aumentado, reflectindo a existência de despesas de capitais mais elevadas ... 18
Figura 17: A valorização da moeda tem ajudado a reduzir os niveis da dívida total ... 19
Figura 18: ...mas as pressões da dívida interna estão a aumentar ... 19
Figura 19: A redução da inflação criou condições para reduções nas taxas de referência, embora a um ritmo gradual ... 22
Figura 20: ... o coefficiente das reservas obrigatórias aumentou durante o ano ... 22
Figura 21: ...mas as taxas de juro mantêm-se entre as mais elevadas do continente. ... 22
Figura 22: ...o que tem contribuído para refrear o crescimento do crédito ... 22
Figura 23: O crescimento de carteiras móveis ultrapassou o de contas bancárias ... 24
Figura 24: ...mas as mulheres continuam a estar sub-representadas ... 24
Figura 25: Moçambique tem um grande défice no nível de infra-estruturas ... 25
Figura 26: As disparidades regionais em termos de acesso são evidentes ... 27
Figura 27: ... e espelham, em grande parte, as tendências de pobreza do país ... 27
Figura 28: Antes de 2015, a administração pública era a maior categoria das despesas de investimento ... 30
Figura 29: ...mas a consolidação fiscal contribuiu para a diminuição dos gastos da administração pública .. 30
Figura 30: O avanço na canalização de recursos para as áreas mais desfavorecidas foi insuficiente ... 31
Figura 31: ...com as tendências de despesas a espelhar os indicadores de acesso ... 31
Figura 32: Grande parte do orçamento rodoviário foi concentrado na conectividade urbana, enquanto os gastos não-rodoviários tornam-se evidentes à medida que diminuem os níveis de urbanização ... 32
Figura 33: Os níveis de investimento tendem a ter pouca relação com o crescimento populacional ... 33

TABELAS

Tabela 1: Perspectivas de crescimento ... 7
Tabela 2: A Balança de Pagamentos ... 14
Tabela 3: Perspectivas externas ... 15
Tabela 4: Finanças Públicas (base de compromisso) ... 19

CAIXAS

Caixa 1: Exposição e vulnerabilidade socioeconómica ao Ciclone Idai ... 5
Caixa 2: Qual é a experiência recente das empresas moçambicanas no que toca à corrupção? ... 8
Caixa 3: Prosseguindo com reformas que visem promover um ambiente propício para os negócios - evidência da avaliação "Subnational Doing Business" para Moçambique ... 9
Caixa 4: Melhoria da inclusão financeira em Moçambique: progresso até à data e novas reformas necessárias ... 23
Caixa 5: O índice de acesso a infra-estruturas básicas ... 28
Caixa 6: O modelo de equilíbrio geral ... 33
Caixa 7: Especificações do modelo de efeitos fixos a nível distrital ... 36

Acrónimos e Abreviaturas

ASS	África Subsaariana
BdM	Banco de Moçambique
BdP	Balança de Pagamentos
BM	Banco Mundial
CGE	"Computable General Equilibrium" (modelo de Equilibrio Geral Computado)
CGT	"Capital Gains Tax" (Imposto sobre Mais-Valias)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPM	Comité de Política Monetária
DCC	Défice da Conta Corrente
EP	Empresa Pública
EUA	Estados Unidos da América
FAO	"Food and Agriculture Organization of the United Nations" (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FDE	Fundo de Desenvolvimento Estatal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPC	Facilidade Permanente de Cedência
FPD	Facilidade Permanente de Depósito
GEP	"Global Economic Prospects" (Perspectivas Económicas Globais)
GFSM	"Government Finance Statistics Manual" (Manual de Estatísticas Financeiras do Governo)
GIEWS	"FAO Global Information and Early Warning System" (Sistema Global de Informações e Alertas Antecipadas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
GNL	Gás Natural Liquefeito
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito sobre o Orçamento Familiar
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPI	Índice de Produção Industrial
MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
MBTU	"Million British Thermal Units" (Milhão de Unidades Térmicas Britânicas)
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MIMO	Taxa de Referência de Juros Interbancários
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MPO	"Macro-Poverty Outlook" (Perspectiva Macroeconómica sobre a Pobreza)
Mt	"Metric tons" (toneladas métricas)
MZN	Novo Metical Moçambicano
NPL	"Non-Performing Loan" (Crédito Malparado)
NSO	"National Statistics Organizations" (Organizações Nacionais de Estatística)
PER	"Public Expenditure Review" (Revisão das Despesas Públicas)
PERPU	Programa de Redução da Pobreza Urbana
PIB	Produto Interno Bruto
PMI	"Purchasing Managers' Index™" (Índice de Gestores de Compras)
PRB	Países de Baixos Rendimentos
QFMP	Quadro Fiscal Médio Prazo
SADC	"Southern African Development Community" (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SAM	"Social Accounting Matrix" (Matriz de Contabilidade Social)
SEE	Sector Empresarial do Estado
TCRE	Taxa de Câmbio Real Efectiva
UNICEF	"United Nations Children's Fund" (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
USD	"United States Dollar" (Dólar dos Estados Unidos)
WDI	"World Development Indicators" (Indicadores de Desenvolvimento Mundial)
WEO	"World Economic Outlook" (Perspectivas Económicas Mundiais)

Reconhecimentos

A presente edição da Actualidade Económica de Moçambique foi preparada por uma equipa liderada por Shireen Mahdi (Economista Sénior, EA1M2). A equipa incluiu Anna Carlotta Allen Massingue (Analista Investigadora, EA1M2), Fernanda Ailina Pedro Massarongo Chivulele (Analista Investigadora, EA1M2), Brigida Tchamo (Assistente de Programa, AFCS2), Ruben Barreto (Consultor, EA1F2), Julian Casal (Economista Sénior do Sector Financeiro, EA1F2) e Javier Baez (Economista Sénior, EA1PV). Os pares revisores foram William G. Bataille (Economista Responsável, EA1M1), Jean-Pascal Nguessa Nganou (Economista Sénior, EEAM1) e Ricardo Santos (Investigador, UNU-WIDER). O relatório foi elaborado sob a orientação e supervisão geral de Mark R. Lundell (Director do Banco Mundial para Moçambique, AFCS2) e Mathew Verghis (Gestor Sectorial, EA1M2).

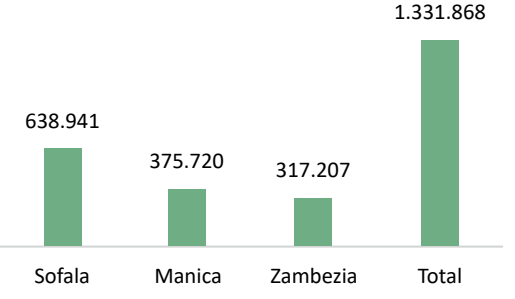
Sumário Executivo

Desenvolvimentos Económicos Recentes.

No fecho de 2019, um ano em que Moçambique enfrentou a devastação provocada por dois ciclones graves, o país olha para o futuro com avanços significativos já alcançados em termos de estabilidade económica, reforço das reservas externas e melhoria da posição fiscal. Desde meados de 2017, o metical tem-se mantido estável, em termos gerais, contribuindo para a redução das pressões inflacionárias e criando um espaço para um ciclo de flexibilização da política monetária, ainda assim, com a devida cautela. Os fluxos crescentes de investimento, principalmente os associados às indústrias extractivas, permitiram reforçar as reservas internacionais. Registaram-se mais avanços na consolidação fiscal, com uma redução notável do défice primário, entre 2015 e 2018, e esforços significativos para proteger as despesas prioritárias. Além disso, com o avanço feito até à data com os desenvolvimentos no sector do GNL, Moçambique tem muito a esperar dos anos vindouros. Por conseguinte, neste contexto e com o arranque de um novo mandato do governo, qual deve ser o foco dos fazedores de política?

O maior desafio continua a ser o crescimento. Em 2019, verificou-se mais um recuo dos níveis de crescimento, uma vez que os Ciclones Idai e Kenneth, aliados ao abrandamento da produção de carvão, afectaram a produção económica, contando-se com um abrandamento no crescimento para cerca de 2,3% em 2019, comparativamente aos 3,3% registados em 2018. Com uma taxa de crescimento populacional de 2,8%, isso traduz-se num declínio do padrão de vida. A pobreza foi ainda mais agravada pelos ciclones, os quais, muito provavelmente, afectaram tanto os pobres urbanos como os pobres rurais das zonas afectadas (Caixa 1). Prevê-se uma aceleração do crescimento económico com os desenvolvimentos no sector do GNL e os avanços na reconstrução pós-ciclone. No entanto, muito do crescimento expectável virá mais do lado da procura da economia (nomeadamente, dos investimentos direccionados ao sector extractivo, e a expansão

Estimativa do número de pobres directamente afectados por inundações e ventos destrutivos associados ao ciclone Idai



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial.

da procura por parte dos consumidores) e menos do lado da oferta (por exemplo, da indústria transformadora, dos serviços estruturais ou do crescimento das exportações não relacionadas com indústrias extractivas). Portanto, tendo em conta que grande parte do problema de volatilidade económica do passado já se encontra resolvido, as reformas estruturantes para promover um crescimento mais sustentável e inclusivo deverão regressar ao centro da agenda, com o objectivo a curto prazo de permitir a recuperação dos impactos dos ciclones que atingiram o país recentemente, e a médio prazo, de aproveitar a oportunidade associada ao GNL para produzir, exportar e empregar.

As perspectivas fiscais também são desafiantes. Apesar dos avanços que se verificaram na consolidação das finanças públicas até 2018, os custos da resposta ao ciclone, do ciclo eleitoral e de uma massa salarial da função pública em continuo crescimento, forçaram a interrupção desta tendência em 2019. Além disso, embora os níveis de endividamento tenham diminuído desde 2016, o peso da dívida ainda é elevado. Assim sendo, as perspectivas apontam para um cenário de consolidação fiscal e implicam a implementação de medidas a curto prazo para reduzir o défice. Nos próximos anos, é essencial manter o enfoque, de forma persistente, no aumento da eficiência das despesas, na redução das fontes de risco fiscal e na melhoria contínua da gestão das receitas, para que seja possível reduzir os níveis de financiamento externo ao mesmo tempo que se satisfaz as necessidades nacionais de desenvolvimento. E apesar de, nos últimos anos, se terem verificado avanços significativos com as reformas dos subsídios, é fundamental introduzir medidas para controlar as despesas com o pessoal da função pública e reestruturar as empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE) deficitárias.

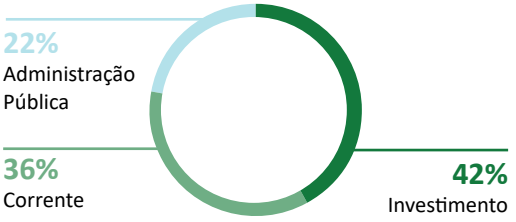
Por último, Moçambique está a entrar num período de aumento dos défices da conta corrente, à medida que vai entrando na fase inicial do ciclo de investimentos no sector do GNL. Tal como em anos anteriores, é expectável que o défice da conta corrente seja largamente financiado pelo investimento estrangeiro directo e, cada vez mais, através do mecanismo de *project financing* dos projectos de GNL. O país entra neste ciclo com uma posição mais favorável em termos de reservas externas, as quais beneficiam do impulso proporcionado pelos fluxos de entradas de investimento. Contudo, o fraco desempenho das exportações de produtos não extractivos, o crescimento mais reduzido dos principais parceiros comerciais e os movimentos dos preços das matérias-primas continuam a ser fontes de risco externo para Moçambique. Além disso, a médio para longo prazo, as grandes entradas de moeda estrangeira também poderão constituir uma fonte de risco adicional, se não forem bem geridas. É expectável que Moçambique vá receber um fluxo significativo de moeda estrangeira. Numa primeira fase, esse fluxo será associado ao financiamento de projectos de GNL e em seguimento, nos finais desta década, chegará sob a forma de receitas provenientes de recursos naturais. Se não for bem gerido, esse fluxo poderá resultar num fortalecimento significativo da moeda nacional, o que minaria a competitividade de Moçambique no mercado global e exerceria mais pressões sobre a sua posição externa. A má gestão também poderia dificultar a boa utilização desses recursos, que poderá ser feita através de um programa de investimento público bem executado e da poupança de rendimentos excedentes para as gerações futuras.

Atenção ao défice de investimento rural.

A secção de enfoque especial da presente edição da Actualidade Económica de Moçambique dá destaque ao investimento público em infra-estruturas básicas, que constitui um tema de importância significativa para Moçambique no âmbito da missão de promoção da igualdade de oportunidades e de um crescimento mais inclusivo. Antes de mais, a secção questiona se as disparidades no acesso às infra-estruturas básicas estão a aumentar ou a diminuir. A análise permite concluir que, em geral, as disparidades entre as zonas rurais e urbanas têm vindo a aumentar, principalmente nas zonas rurais das províncias do centro e norte de Moçambique. Abaixo das tendências regionais encontra-se o desempenho a nível sectorial, que se revela misto, com ligeiras melhorias no acesso à água, electricidade e instalações de saúde. No entanto, em média, o acesso a transportes deteriorou-se significativamente, em conjunto com uma deterioração moderada do acesso a escolas primárias. A deterioração do acesso a transportes é particularmente visível, o que indica uma erosão significativa da conectividade rural e contribui bastante para o declínio generalizado dos indicadores de acesso a infra-estruturas básicas.

Considerando este contexto, o relatório levanta as seguintes questões: até que ponto os aumentos significativos das despesas públicas que se verificaram de 2009 a 2015, durante os anos de expansão dos investimentos em Moçambique, promoveram o financiamento das zonas desfavorecidas? Até que ponto estas iniciativas procuraram resolver o problema

Composição do orçamento para investimentos (%) 2009-15



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, baseadas nos dados do MEF e da BOOST.

das disparidades crescentes? Os resultados mostram que as províncias que apresentavam os níveis mais baixos de acesso a infra-estruturas básicas em 2009 mantiveram-se entre as mais desfavorecidas em termos de financiamento nos anos subsequentes. Os níveis de investimento *per capita* foram relativamente inferiores nas zonas norte e centro, principalmente nas províncias de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado, que se encontram entre as mais desfavorecidas. A despesa de capital em infra-estruturas rodoviárias tem sido encaminhada de forma assimétrica para as zonas urbanas, contribuindo para o agravamento do declínio das taxas de conectividade das áreas rurais, enquanto a despesa de capital ligada a investimentos não rodoviários tem sido mais equilibrada, possivelmente reflectindo avanços no acesso a infra-estruturas de água, electricidade e saúde nas zonas rurais. Além disso, a análise sublinha que, entre 2009 e 2015, só 42% do orçamento de investimentos é que foi utilizado em despesas de capital associadas a infra-estruturas básicas para a prestação de serviços, enquanto o valor remanescente foi gasto noutras despesas que não são de capital, tais como custos administrativos e gerais.

A secção conclui com a recomendação de que se estabeleçam metas específicas para contemplar as áreas desfavorecidas no Plano Quinquenal do Governo e no Plano Económico e Social, através da adopção de uma abordagem prospectiva relativamente às áreas-alvo com populações em crescimento, da revisão das fórmulas de dotação orçamental, para levarem em conta o défice de acesso, e da redução da má alocação de recursos de investimento em utilizações recorrentes ou administrativas, através de um sistema de gestão de investimentos públicos sólido. Olhando para o futuro, Moçambique aproxima-se de um segundo período de expansão dos investimentos, que deverá acontecer ao longo dos próximos dez anos, uma vez que se prevê que as receitas provenientes da produção de gás ampliem significativamente o espaço fiscal em finais da década de 2020. Neste contexto favorável, tais reformas ajudarão a ajustar correctamente as prioridades do investimento público, a fim de garantir que a população beneficie desses recursos de modo uniforme.

Primeira Parte: Desenvolvimentos Económicos Recentes

Crescimento Económico

Em 2019, o abrandamento da produção de carvão e a ocorrência de ciclones tropicais contribuíram para agravar a redução do crescimento, evidenciando a dependência de Moçambique relativamente ao sector extractivo e à exposição a choques climáticos.

Em 2019, ainda em fase de recuperação da turbulência económica que se seguiu à crise das dívidas ocultas, o estado da economia de Moçambique agravou, com os ciclones Idai e Kenneth[1] e o abrandamento da produção de carvão, que afectaram negativamente o crescimento económico. Em 2019, prevê-se que o crescimento do PIB diminua para cerca de 2,3%, comparativamente ao valor de 3,3% aferido em 2018.[2] Com uma taxa de crescimento populacional de 2,8%, isso traduz-se numa redução do PIB *per capita* em termos reais e, consequentemente, num declínio do padrão de vida a nível geral. A pobreza foi ainda mais agravada pelos ciclones que, muito provavelmente, afectaram tanto os pobres urbanos como os pobres rurais das áreas afectadas (Caixa 1).

O impacto do ciclone Idai na produção agrícola é um dos principais factores que contribui para reduzir as expectativas de crescimento. O ciclone atingiu Moçambique pouco antes da primeira e maior época de colheita do ano, e afectou uma área que representa quase um quarto da produção agrícola do país. Embora nem toda a produção dessa área ter sido perdida, estima-se que o mau tempo que acompanhou o ciclone tenha destruído cerca de 15% da produção agrícola planeada para esse ano, o que constitui uma perda significativa para um sector que, normalmente, contribui para 22% do PIB.[3] Em consequência, Moçambique enfrenta neste momento uma situação grave de insegurança alimentar em certas áreas, com um número atipicamente elevado de agregados familiares a precisarem de ajuda urgente.[4] A produção de culturas essenciais a nível económico e que contribuem para as exportações, como o algodão e o açúcar, também foi afectada (Figura 3).

Além disso, verificou-se um abrandamento da produção de carvão, que constituía um importante determinante do crescimento económico desde 2017. O carvão está a afectar o crescimento de duas formas. Em primeiro lugar, há que ter em conta os efeitos de base: a

---

1 Em Março e Abril de 2019, Moçambique foi atingido por dois ciclones consecutivos, com impactos significativos sobre as populações locais, empresas e infra-estruturas básicas. Foram afectadas mais de 1,7 milhões de pessoas, com prejuízos e perdas no valor de 3 mil milhões de USD e custos totais de recuperação/reconstrução que ascendem a cerca de 3,2 mil milhões de USD.

2 Na sequência do ciclone Idai, as previsões do Banco Mundial para o crescimento do PIB em 2019 foram revistas em baixa, tendo passado de 3,7% para cerca de 2,3%. No primeiro semestre de 2019, o crescimento do PIB caiu para 2,4%, comparativamente ao valor de 4,1% verificado em 2018 e a uma média de 4,2% aferida ao longo dos últimos três anos.

3 Estimativas da equipa do Banco Mundial baseadas em dados partilhados pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA).

4 FewsNet, "Food Security Outlook for Mozambique", Junho de 2019.

fase de melhoria observada entre 2017 e 2018, que reforçou o crescimento nesses anos, está agora a abrandar, com volumes de produção mais estáveis e num nível mais elevado. Em segundo lugar, as operações associadas ao carvão foram afectadas pelo facto de a estação de chuvas, no início do ano, ter sido bastante severa, fazendo com que as metas de produção tivessem de ser revistas em baixa pelo segundo ano consecutivo.[5] Com o carvão a representar 71% das exportações de produtos extractivos do ano passado e 33% das exportações totais, as circunstâncias descritas resultaram numa queda significativa do contributo do sector extractivo para o crescimento em 2019 (Figura 4).

Uma evolução positiva notou-se do ladodos serviços privados e a indústria transformadora (dois sectores que, em conjunto, representaram 39% do PIB em 2018) que registaram uma recuperação gradual. Estimulados pela melhoria do sentimento dos investidores quanto ao avanço dos investimentos na área do GNL, pelo abrandamento das taxas de juro e pela recuperação gradual da procura privada, os serviços privados e a indústria transformadora aumentaram ligeiramente as suas contribuições para o crescimento, que passaram de 1,1% no primeiro semestre de 2018 para 1,3% no período homólogo de 2019. Esta tendência reflecte-se no *Purchasing Managers' Index™* (PMI) de Moçambique, um indicador de saúde económica relativo aos sectores da indústria transformadora e da prestação de serviços,[6] que mostra uma tendência de melhoria gradual, apoiada pelo aumento do número de novas encomendas e por uma retoma da produção (Figura 5).

Caixa 1: Exposição e vulnerabilidade socioeconómica ao Ciclone Idai

O Ciclone Idai, um dos piores ciclones tropicais já registados em África, atingiu, principalmente, as províncias de Sofala e Manica e a zona sul da Zambézia, provocando danos catastróficos. De acordo com as estimativas, existiam cerca de 2,3 milhões de pessoas a residir nas áreas expostas a ventos potencialmente destrutivos (acima de 119 km/hora) e inundadas pelas chuvas torrenciais, que ultrapassaram, em certas partes, uma quota de 50 centímetros. A cidade da Beira foi uma das áreas mais gravemente atingidas pelo Idai. Os valores dos dados de satélite sobre a iluminação nocturna, utilizados como sucedâneo da actividade económica, apresentaram uma redução de 75%, comparativamente aos níveis de luminosidade pré-desastre, indicando a existência de danos extensos nas infra-estruturas e sistemas económicos da cidade. O volume da destruição parece ter afectado desproporcionalmente as partes da cidade com maior concentração de famílias pobres.

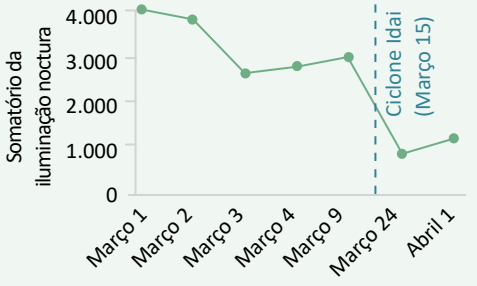
Na mesma linha, também se conta que o Idai tenha devastado os meios de subsistência das áreas rurais ao longo do seu percurso, principalmente no que toca às actividades agrícolas. Sofala e Manica, por exemplo, são províncias muito importantes para a produção de milho, com um contributo de quase 30% para o total da produção do país. A sobreposição da trajectória do ciclone nos mapas de utilização da terra sugere que uma parcela significativa, equivalente a cerca de metade da produção total de milho, poderá ter sido afectada pelo evento. Além disso, as evidências da passagem do Jokwe, um

[5] No mês de Agosto de 2019, a Vale Mozambique reviu a meta de produção para esse ano, alterando-a de 14 milhões de toneladas para 10 milhões de toneladas, depois de já ter revisto as metas de produção do ano passado, que passaram de 16 milhões de toneladas para 12 milhões de toneladas.(consultar https://clubofmozambique.com/news/vale-revises-moatize-coal-production-downwards-139289/).

[6] O *Purchasing Managers' Index*™ (PMI), publicado pelo Standard Bank, resulta da média ponderada dos cinco índices seguintes: Novas encomendas (30%), Produção (25%), Emprego (20%), Prazos de Entrega dos Fornecedores (15%) e Stocks de Compras (10%).

ciclone de magnitude comparável que atingiu Moçambique em 2008, mostram uma grande queda nos níveis de consumo, segurança alimentar e activos, que se traduziu em aumentos consideráveis da pobreza entre as famílias afectadas. Verifica-se um nível análogo de vulnerabilidade nas zonas de Sofala, Manica e Zambézia que sofreram impactos do Idai, onde mais de metade da população afectada (1,3 milhões de pessoas) já era pobre e muitas outras pessoas se encontravam em risco de voltarem a ficar pobres, caso fossem atingidas por um grande choque.

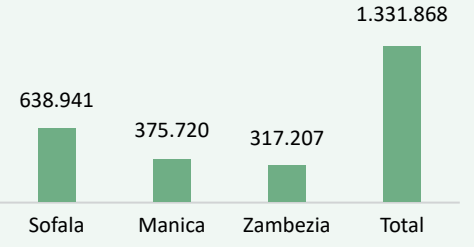
Figura 1: **Redução da iluminação eléctrica na Beira após a passagem do Idai**



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial com base nos dados de iluminação nocturna do VIIRS.

Fonte: Grupo de Pobreza & Equidade - Banco Mundial

Figura 2: **Estimativa do número de pobres directamente afectados por inundações e ventos destrutivos associados ao ciclone Idai**



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial.

Prevê-se uma aceleração do crescimento a médio prazo, com os desenvolvimentos do sector do GNL e os avanços da reconstrução pós-ciclone.

Espera-se que Moçambique siga uma trajectória de crescimento ascendente ao longo dos próximos anos, enquanto se prepara para atravessar um segundo período de expansão do IDE. O progresso alcançado com o programa de reconstrução pós-ciclone, o desenvolvimento dos grandes projectos de GNL em Moçambique e a recuperação da confiança dos investidores, apoiados pela flexibilização da política monetária e pelo aumento dos fluxos de investimento directo estrangeiro (IDE), são factores que se espera que venham a promover o crescimento, de forma atingir cerca de 5% em 2021 (Figura 6). Depois disso, o crescimento deverá começar a aumentar acentuadamente, em meados da década de 2020, com o início da produção de GNL.

Apesar de se prever que a indústria do GNL irá impulsionar o crescimento a médio prazo, mantém-se o desafio de garantir que esses ganhos também possam impulsionar o crescimento e a criação de emprego na economia em geral. À medida que as perspectivas de Moçambique relativamente ao GNL começarem a concretizar-se e a enviar um sinal positivo aos investidores estrangeiros, o foco das políticas deverá ser orientado, cada vez mais, para a melhoria da gestão macroeconómica, de modo a diminuir o risco conjuntural, principalmente através de perspectivas de dívida mais sustentáveis, de maior transparência fiscal e do combate à corrupção (consultar a Caixa 2).

A rapidez dos avanços na implementação das reformas estruturais permitirá reforçar ainda mais as ligações entre o sector do GNL e o resto da economia. À medida que

os investimentos no sector do GNL vão tendo lugar, os fluxos de contributo para a economia irão promover a procura em vários sectores, incluindo os da produção de alimentos, serviços profissionais, imóveis e transportes, entre outros. Ao garantir que se façam avanços constantes no fortalecimento do ambiente empresarial, inclusive a nível subnacional, será possível melhorar as condições operacionais das empresas (ver Caixa 3). Outra área de reforma importante é a do aumento da oferta de mão-de-obra qualificada para as empresas. A longo prazo, um sistema de educação aprimorado permitiria melhorar a oferta de competências. Contudo, a curto e médio prazo, a facilitação do acesso a mão de obra estrangeira, nas áreas onde se verifica um défice de competências, poderá ser benéfica. Existem várias outras áreas de interesse, entre as quais se incluem as reformas para ajudar a desenvolver mais rapidamente os serviços digitais estruturais, promover a inclusão financeira e melhorar os direitos de propriedade. Se combinado com melhorias das infra-estruturas e da conectividade, um programa de reforma estrutural com este tipo de enfoque proporcionaria um cenário mais favorável ao crescimento no futuro.

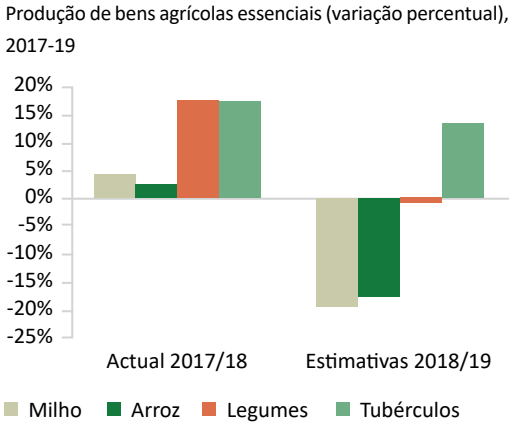
Os esforços de reabilitação pós-ciclone também irão influenciar o ritmo da recuperação do crescimento na zona central de Moçambique. O programa de reconstrução e recuperação poderia fornecer o estímulo tão necessário para a economia a curto prazo, embora a sua extensão dependa de dois factores: financiamento e capacidade de absorção. As autoridades estimaram que o total de danos e perdas em consequência dos ciclones Idai e Kenneth ascende a 3,2 mil milhões de USD, dos quais cerca de 38% já foram prometidos por doadores. A capacidade de converter compromissos em desembolsos será fundamental para definir o calendário e o ritmo da recuperação. Conforme está, o perfil de desembolso de muitos dos montantes prometidos continua a ser pouco claro. Mais importante ainda, será a capacidade das autoridades de garantirem uma absorção eficiente e atempada dos recursos, através de mecanismos reforçados a nível de implementação e transparência.

Tabela 1: **Perspectivas de crescimento**

	2018	2019p	2020p	2022p
PIB real, % Δ	3,3	2,3	4,3	5,0

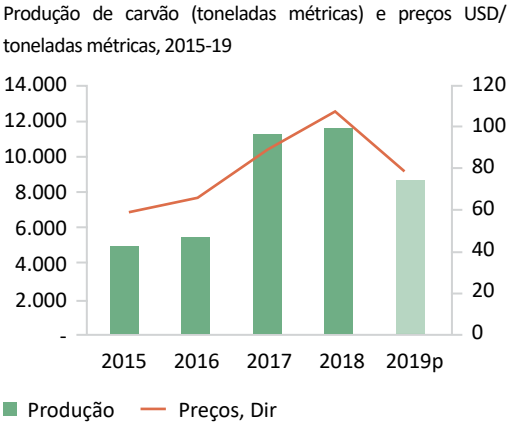
Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial. p = Projecção

Figura 3: **Os choques ciclónicos enfraqueceram a produção agrícola em 2019...**



Fonte: MASA.

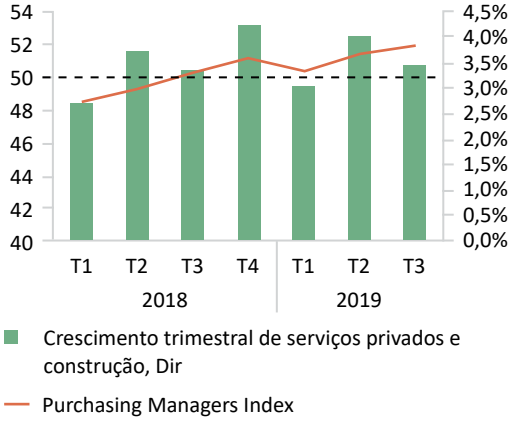
Figura 4: **...e a produção de carvão também abrandou**



Fonte: Vale Moçambique.

Figura 5: Em contraste, a procura de serviços e e da indústria transformadora está a começar a recuperar.

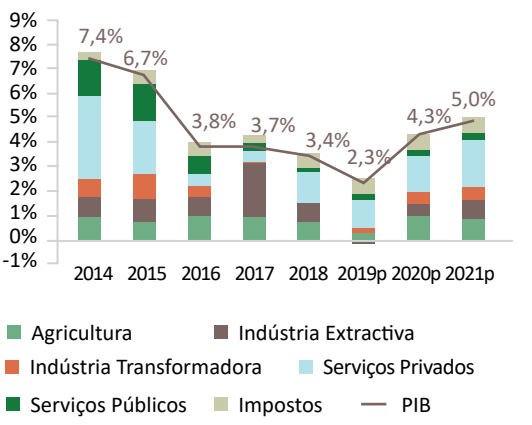
Crescimento trimestral (variação percentual) e *Purchasing Managers Index* (> 50 = melhoria), 2018-19



Fonte: INE; Standard Bank Moçambique / IHS Markit.

Figura 6: Prevê-se que o crescimento do PIB diminua em 2019, antes de recuperar para 5% em 2021.

Crescimento do PIB (variação percentual), 2014-21



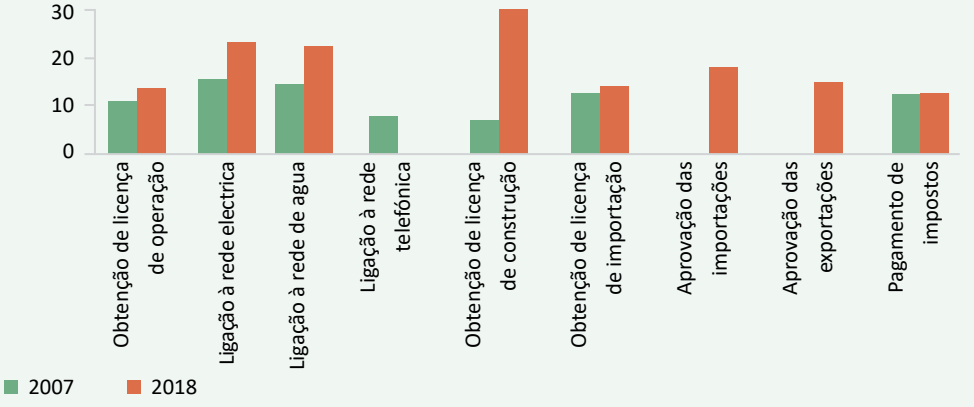
Fonte: INE; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Caixa 2: Qual é a experiência recente das empresas moçambicanas no que toca à corrupção?

De acordo com as empresas moçambicanas, a corrupção constitui um grande problema. A corrupção, grande ou pequena, é indesejável. Um terço das empresas Moçambicanas citam a corrupção como entrave significativo às suas actividades, espelhando as tendências regionais e globais (41% e 33%, respectivamente). Por conseguinte, é preocupante que, no mais recente inquérito às empresas realizado pelo Banco Mundial (2018), as empresas moçambicanas tenham indicado que a corrupção constitui o principal obstáculo para os seus negócios.

Figura 7: Os pedidos de suborno estão a aumentar e a tornar-se cada vez mais comuns no processo de obtenção de uma licença de construção ou ligação à rede eléctrica

% de empresas que responderam "sim"



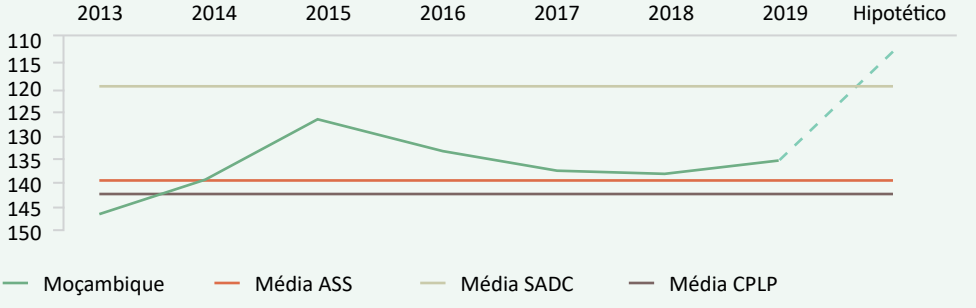
Para que fins são pagos os subornos? As empresas relatam que, normalmente, são abordadas no sentido de fazerem pagamentos informais para terem acesso aos serviços públicos. Os subornos para ligações à rede eléctrica ou de distribuição de água e para licenças relacionadas com a construção são os mais generalizados. A procura por esses subornos aumentou, comparativamente a 2007, sendo agora igual ou superior às médias registadas, tanto a nível mundial como na África Subsaariana. Os subornos para obter certo produto importado ou uma licença de funcionamento também são predominantes. Outro tipo de corrupção que muitas empresas moçambicanas enfrentam é o dos pagamentos para garantir contratos governamentais. Este problema atinge até 13% das empresas (percentagem de empresas que relataram terem garantido ou tentado garantir um contrato com o governo no ano anterior).

Fonte: *Mozambique Enterprise Survey, 2018.*

Caixa 3: **Prosseguindo com reformas que visem promover um ambiente propício para os negócios - evidência da avaliação *Subnational Doing Business* para Moçambique**

A avaliação *Subnational Doing Business* (SDB) de 2019 encontrou algumas bolsas de boas práticas em Moçambique, as quais, se alargadas a todo o país, melhorariam significativamente o ambiente empresarial. Por exemplo, o posto fronteiriço de Ressano Garcia, no qual tem vindo a ser feita uma implementação gradual do pós-projecto de balcão aduaneiro único, encontra-se classificado numa posição muito próxima do terço superior da classificação mundial relativa ao comércio transfronteiriço. A avaliação, na qual são contempladas quatro áreas regulamentares que afectam o ambiente de negócios em todo o país (abrir um negócio, registar bens e garantir a execução de contratos) também concluiu que a execução de contratos é uma área na qual Moçambique apresenta bom desempenho, com cinco pontos acima da média da ASS.

Figura 8: **Se todas as boas práticas locais fossem adoptadas, o desempenho global de Moçambique melhoraria, permitindo-lhe subir 22 posições na tabela...**



Fonte: Base de dados de *Doing Business* do Banco Mundial.

Se todas as boas práticas fossem adoptadas a nível nacional, a classificação geral de Moçambique subiria 22 posições (partindo do princípio de que os níveis de todos os outros países se mantêm constantes). Os resultados do SDB mostram que as províncias de Moçambique têm muito a aprender umas com as outras e que algumas reformas são de natureza administrativa e podem ser implementadas em pouco

tempo. Uma localidade hipotética onde um conflito comercial se resolvesse no prazo de 348 dias (como acontece em Tete), com um custo de 21,8% do valor da reivindicação (como acontece em Manica) e uma pontuação de 8,5 no índice de qualidade dos processos judiciais (como acontece em quatro províncias), ficaria em 35º lugar na classificação global relativa a este indicador (132 posições acima da classificação actual de Moçambique). De igual modo, uma localidade onde o registo de imóveis levasse 37 dias (como acontece em Inhambane), com um custo de 5,2% do valor de armazenagem (como na cidade de Maputo e na Zambézia), que implicasse sete procedimentos (como acontece em seis províncias) e tivesse uma pontuação de 10 no índice de qualidade da administração predial (como acontece em Tete), permitiria que Moçambique ficasse em 113º lugar - um salto de 20 posições na classificação global. No seu conjunto, a avaliação mostra que, ao adoptar todas as boas práticas encontradas a nível subnacional nas áreas dos quatro indicadores, a classificação de Moçambique subiria 22 posições no que se refere à facilidade de fazer negócios em geral, e o país passaria do 135º para o 113º lugar – ultrapassando assim a média dos países da SADC.

Fonte: *Doing Business in Mozambique 2019* - Banco Mundial

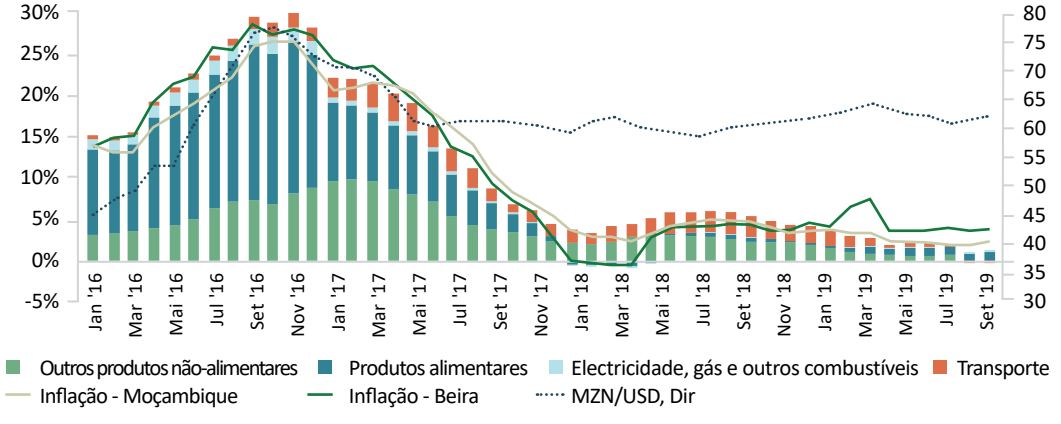
Taxa de Câmbio e Inflação

As pressões inflacionárias continuam a ser baixas, num contexto de procura interna moderada.

Em Novembro de 2019, a inflação homóloga era de 2,6% (comparativamente aos 4,3% observados no ano anterior), posicionando a inflação média de 12 meses no patamar dos 2,8%. Em 2019, Moçambique deixou de ser um dos países do continente com a taxa de inflação mais elevada (tendo atingido um pico de 26% em Novembro de 2016) para passar a ser um dos países com os níveis mais baixos de inflação. Em termos gerais, a taxa de câmbio de Moçambique referente ao dólar americano (um factor de grande importância e determinante para a inflação) tem-se mantido estável, desde meados de 2017, com uma taxa média de negociação de 61 MZN para 1 USD, o que contribuiu para reduzir a inflação. Mas existem outros factores que também estão a afectar a definição dos preços, incluindo uma combinação entre a fraca procura e as recentes revisões em baixa dos preços dos combustíveis. Além disso, até

Figura 9: **As pressões mais baixas sobre os preços dos alimentos contribuíram para o desagravamento da inflação em termos gerais...**

Contribuições para a inflação (%) e taxa de câmbio MZN/USD, 2016-19



Fonte: INE.

agora, o impacto geral do ciclone Idai sobre a inflação tem sido modesto e, em grande parte, localizado. A Beira, a cidade mais afectada, viu a inflação dos preços dos alimentos atingir 10,3%, em Abril deste ano, devido às dificuldades sentidas na produção agrícola. Não obstante, com um peso de apenas 18,6% no IPC nacional e com a limitada integração dos mercados agrícolas de Moçambique, o seu impacto na inflação global foi silenciado.

O Sector Externo

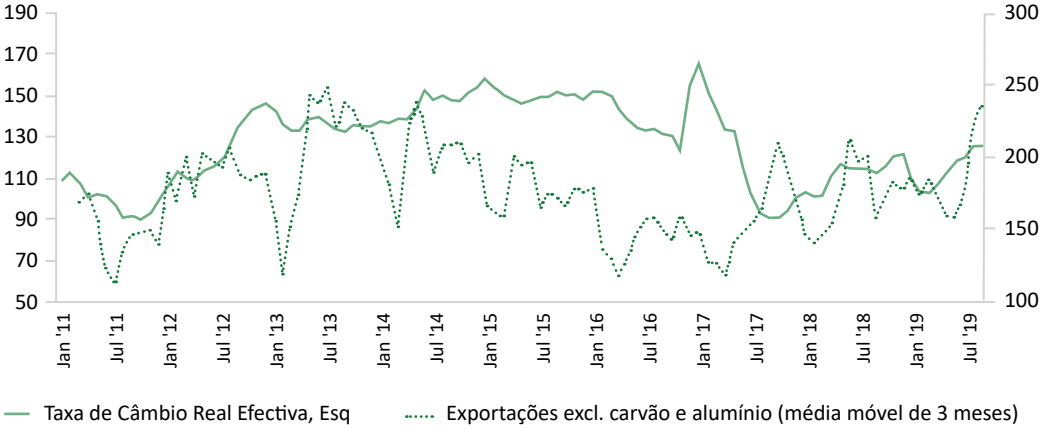
Espera-se que o défice da conta corrente de Moçambique (excluindo as receitas provenientes de mais-valias) se mantenha estável em 2019, à medida que se for verificando um fraco desempenho nas exportações e um declínio das importações associadas a megaprojectos.

Em 2019, o défice da conta corrente (DCC), excluindo as receitas provenientes de mais-valias, deverá manter-se estável em torno dos 31% do PIB (diminuindo para 25% do PIB com as mais-valias).[7] O défice associado aos megaprojectos deverá reduzir em 2019, apesar da queda das exportações de matérias-primas, principalmente devido a uma redução significativa das importações de megaprojectos em fase de pré-investimento no sector de GNL. Isso serve de contrapeso ao alargamento do défice não associado a megaprojectos, que se deve, principalmente, ao crescimento das importações de produtos de consumo (Figura 11 e Figura 12; Tabela 2).

O desempenho das exportações de matérias-primas em 2019 tem sido fraco, com a redução dos preços de algumas das matérias-primas com peso significativo no volume de exportação em Moçambique. Para 2019, prevê-se que as exportações de mercadorias diminuam 14%. O carvão e o alumínio, que representaram, em conjunto, cerca de 60% das exportações nos anos de 2017 e 2018, registaram reduções de preço significativas durante os primeiros 10 meses de 2019, o que afectou o total das receitas de exportação (Figura 13). Em finais de Novembro de 2019, os preços do carvão eram 33% inferiores aos registados em finais de 2018, enquanto os preços do alumínio desceram 8% ao longo do mesmo período. Por outro lado, as exportações não relacionadas com megaprojectos continuaram a aumentar em 2019, embora a um ritmo mais

Figura 10: **A recente valorização da taxa de câmbio real poderá estar a contribuir para um crescimento mais atenuado das exportações de produtos não extractivos**

Índice de taxa de câmbio efectiva real (2010 = 100) e Exportações (milhões de USD), 2011 - 19



Fonte: Estimativas do Banco Mundial, com base nos dados do BdM e do INE.

[7] Em 2019, Moçambique recebeu 880 milhões de USD (cerca de 6% do PIB) em receitas provenientes de mais-valias, através da venda de activos no sector do GNL.

lento. A valorização de 11% da taxa de câmbio real (TCR) que se verifica desde o início de 2018 poderá estar a contribuir para o crescimento mais lento das exportações. Mas o facto de a TCR estar bastante abaixo dos níveis históricos (Figura 10) continua a favorecer o contexto para o crescimento das exportações, conforme se verificou em 2019 relativamente a vários sectores, como o do tabaco, entre outros.

Fortalecida pelos fortes fluxos de investimento, a posição externa continua a ser adequada, apesar de se verificar um défice crescente na conta corrente.

Tal como em anos anteriores, o défice da conta corrente foi largamente financiado pelo investimento directo estrangeiro e, cada vez mais, por via de *project financing* dos projectos de GNL. As entradas de IDE continuam a ser a principal fonte de financiamento externo e encontram-se bastante acima das médias da África Subsaariana ou dos países de baixos rendimentos (Figura 14), representando 64% da balança comercial em 2019. A dívida externa privada ligada ao financiamento dos investimentos em GNL também está a financiar cada vez mais o défice. O IDE não relacionado com megaprojectos também aumentou em 2019, reforçado por um investimento único feito na área dos portos e logística no Corredor de Nacala, enquanto os níveis de investimento noutros sectores continuam a ser pouco perceptíveis, num cenário económico ainda enfraquecido.

Com o aumento significativo dos fluxos externos, espera-se que as reservas brutas internacionais atinjam o valor aproximado de 3,7 mil milhões de USD até finais de 2019, cobrindo cerca de 6 meses de importações (excluindo megaprojectos). Isso posiciona as reservas de Moçambique num nível adequado e aumenta a sua capacidade de amortecimento de potenciais choques externos e internos.

Um cenário de crescimento global mais brando, associado à queda dos preços das matérias-primas, apresenta uma perspectiva externa menos favorável.

O crescimento abrandado, tanto a nível mundial como dos principais parceiros comerciais, e a queda dos preços das matérias-primas continuam a ser uma fonte de risco externo para Moçambique (Tabela 3). O crescimento global foi revisto em baixa, tendo passado de 2,9% para 2,6%, reflectindo o facto de o comércio internacional e o investimento estarem a ser mais fracos do que se esperava no início do ano,[8] o que sugere uma perspectiva de abrandamento, principalmente fora do sector extractivo. O enfraquecimento dos preços das matérias-primas continua a ser motivo de preocupação para as principais exportações de Moçambique. No terceiro trimestre de 2019, os preços do carvão caíram 42% (comparativamente ao mesmo período do ano passado), após as quedas já acentuadas que se tinham verificado no segundo semestre de 2018, podendo vir a enfraquecer ainda mais se a desaceleração do crescimento económico na China enfraquecer a procura.[9] As consequências das tensões geopolíticas no Médio Oriente e, em particular, os receios de aumento dos preços do petróleo, também poderão criar um risco adicional para as perspectivas.

Além disso, entradas significativas de moeda estrangeira a médio e longo prazo constituem uma oportunidade para reforçar as reservas externas de Moçambique, mas também poderão representar uma fonte de risco adicional, se não forem bem geridas. Moçambique deverá receber um fluxo significativo de moeda estrangeira - inicialmente, para financiar os esforços de reconstrução pós-ciclone e posteriormente para financiar os projectos de GNL, e no fim da próxima década, sob a forma de receitas de recursos naturais. Se não for bem gerido, esse fluxo poderá resultar num fortalecimento significativo da moeda local, o que minaria a competitividade de Moçambique no mercado global e exerceria ainda mais pressões sobre o défice da conta corrente actual. Neste contexto, os fluxos de entrada de recursos constituem uma oportunidade para os decisores políticos darem prioridade às reformas estruturais, fazerem uma boa implementação dos investimentos estratégicos e aumentarem a capacidade institucional de combate aos riscos.

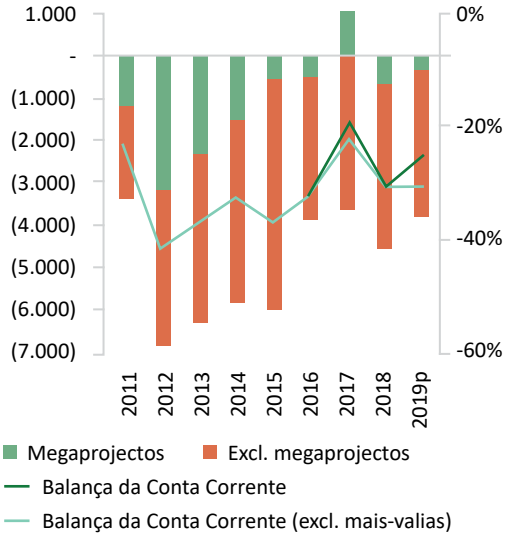
---

8 Perspectivas Económicas Globais do Banco Mundial, Junho de 2019.

9 Os riscos são enviesados para o lado negativo e incluem a possibilidade de um crescimento global mais fraco e a introdução de políticas ambientais para reduzir a poluição atmosférica - principalmente na China, que tem um contributo de 11% para a procura global.

Figura 11: O défice da conta corrente (excluindo as mais-valias) deverá manter-se estável em 2019...

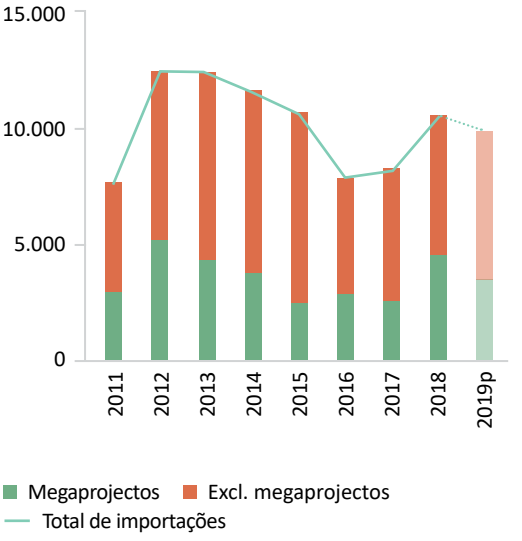
Saldo da Conta Corrente (em milhões de USD; % do PIB), 2011-19



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 12: ...dado que os níveis mais baixos de importação ...

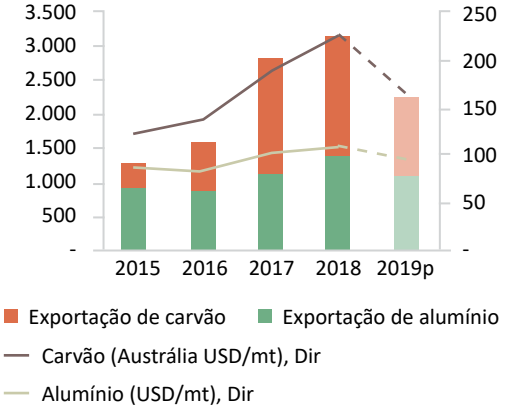
Importações de Bens e Serviços (milhões de USD), 2011-19



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 13: ... compensam a queda nas exportações de matérias-primas

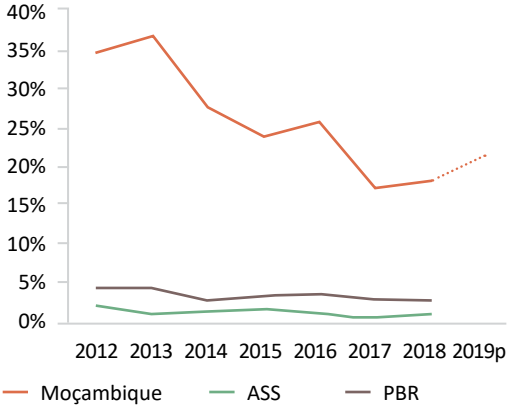
Exportações (milhões de USD) e índice de preços (2005 = 100) de bens essenciais, 2016-19



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 14: Elevados níveis de IDE continuam a apoiar a posição externa

Investimento directo estrangeiro líquido, 2012-19



Fonte: BdM, WDI.

Tabela 2: A Balança de Pagamentos

(milhões de USD, a menos que haja indicação em contrário)	2016 Real	2017 Real	2018 Estimativa	2019 Previsão	Δ 16/17	Δ 17/18	Δ 18/19
Conta Corrente (% do PIB)	-32,0	-19,6	-30,6	-25,1	...	...	...
Megaprojecto	-3,4	8,0	-4,6	-2,4	...	...	...
Excl. megaprojecto	-28,6	-27,6	-26,0	-22,8	...	...	...
Conta Corrente (% do PIB), excl. mais-valias	-32,0	-22,2	-30,6	-31,0	...	...	...
Megaprojecto	-3,4	8,0	-4,6	-2,4	...	...	...
Excl. megaprojecto	-28,5	-30,2	-26,0	28,6	...	...	...
Conta Corrente	-3,846	-2,586	-4,502	-3,792	-33%	74%	- 16%
Balança Comercial	-4,106	-2,830	-4,544	-4,642	-31%	61%	2%
Mercadorias, em termos líquidos	-1,405	-498	-973	-2,007	-65 %	95%	106%
Exportações	3,328	4,725	5,196	4,472	42%	10%	-14%
Megaprojecto	2,413	3,657	3,913	3,045	52%	7%	-22%
Excl. megaprojecto	915	1,068	1,282	1,426	17%	20%	11%
Importações	4,733	5,223	6,169	6,478	10%	18%	5%
Megaproject	771	733	1,277	1,206	-5%	74%	-6%
Excl. megaprojecto	3,962	4,490	4,892	5,272	13%	9%	8%
Serviços, em termos líquidos	-2,701	-2,332	-3,571	-2,636	-14%	53%	-26%
Rendimentos e transferências, em termos líquidos	260	244	42	851	-6%	-83%	1906%
Balança de Capitais e Financeira *dos quais*	3,383	3,838	4,220	4,256	13%	10%	1%
IDE, líquido	3,093	2,293	2,692	2,428	-26%	17%	-10 %
Megaprojecto	1,322	911	2,013	972	-31%	121%	-52%
Excl. megaprojecto	1,771	1,382	679	1,456	-22%	-51%	114%
Outros, em termos líquidos (1)	83	1,342	1,363	1,676	1520%	2%	23%
Saldo Geral	-463	1,253	-282	465	...	...	...
excluindo mais-valias e apoio externo para fazer face aos ciclones	-463	903	-282	-415	...	...	

Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.
Notas: A taxa de crescimento positivo dos saldos actuais da conta corrente e da balança comercial e de mercadorias indica a existência de um défice mais alargado.
(1) Outros fluxos incluem a carteira líquida de investimentos; activos líquidos em numerário e depósitos, empréstimos, seguros, pensões e regimes de garantia padrão (líquidos), créditos comerciais e adiantamentos líquidos, outras contas a pagar/receber líquidas.

Tabela 3: Perspectivas externas

	2018	2019p	2020p	2021p
Preço Nominal das Matérias-Primas				
Alumínio USD/mt	2.108	1.790	1.760	1.800
Carvão, Austrália USD/mt	107	79,0	71,0	69,8
Carvão de coque, Austrália USD/t	194	184	162	157
Gás natural liquefeito, Japão USD/mmbtu	10,7	10,7	10,0	9,8
Tabaco USD/mt	4.863	4.750	4.727	4.704
Défice da Conta Corrente, % do PIB	-30,6	-25,1	-39,6	-56,0
Conta Financeira e de Capitais, % do PIB	28,7	28,2	38,6	56,6
Investimento Directo Estrangeiro Líquido, % do PIB	18,3	16,1	22,0	28,8

Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, *Thomson Research, KMPG Analysis;* p = Projecção

Política Fiscal

Apesar de terem havido avanços na consolidação das finanças públicas, os custos associados à resposta aos ciclones e às despesas eleitorais, conjugados com uma massa salarial ainda em crescimento, resultaram num desvio desta tendência em 2019.

Com uma redução do défice primário de quase 6% em 2015 para 1,5% até 2018, Moçambique fez progressos significativos na resolução dos seus desequilíbrios orçamentais.[10] O défice orçamental global também diminuiu, tendo passado de 7,1% para 5,1% do PIB (Figura 15). Apesar de as receitas (excluindo mais-valias) terem apresentado um ligeiro crescimento (0,8 pontos percentuais do PIB), a maior parte do esforço de consolidação ocorreu no lado da despesa, onde os gastos totais diminuíram de 33% para 31% do PIB durante este período. De igual modo, foram feitos progressos consideráveis a nível de reformas fundamentais para o fortalecimento da gestão fiscal, entre as quais se inclui a melhoria da regulamentação da gestão de dívidas e garantias, o fortalecimento do quadro legal para a gestão das empresas do sector empresarial do estado (SEE) e a melhoria dos procedimentos de gestão dos investimentos públicos. As autoridades também liquidaram a maior parte dos pagamentos em atraso (a fornecedores) validados, que atingiram um total de 2% do PIB em 2018.[11] Cerca de 59% desses pagamentos em atraso foram reembolsados em 2018 e 2019, e um valor adicional de 26% foram liquidados através da emissão de Obrigações do Tesouro, no primeiro semestre de 2019.

Contudo, os esforços para reconstrução após os ciclones tropicais, os custos relacionados com as eleições e a massa salarial crescente aumentaram as pressões sobre os gastos em 2019, prevendo-se que empurrem o défice primário para 3,3% do PIB (excluindo as receitas provenientes de mais-valias). Os esforços de socorro imediato e a reparação de infra-estruturas críticas contribuíram para colocar o orçamento de capitais esperado para 2019 no patamar de 7,7% do PIB. A outra principal fonte de pressão que tem vindo a persistir ao longo dos últimos anos decorre do aumento das despesas com o pessoal da função pública, que tem sido constante, passando de 10% do PIB em 2015 para cerca de 12% do PIB em 2019. Portanto, foi importante Moçambique encaixar mais-valias no valor de 880 milhões de USD (o que equivale a 6% do PIB) com a venda de activos entre operadores de projectos de GNL em 2019. Esses fundos, de muita importância, vão permitir amortecer as necessidades de despesa, ajudar as autoridades a avançar com

[10] O saldo primário equivale ao saldo fiscal geral menos os pagamentos de juros.

[11] Em 2018, o governo validou um total de 13,5 mil milhões de MZN de pagamentos em mora, que se tinham acumulado desde 2015. Um conjunto adicional de pagamentos em mora, que se estima corresponder a um valor de 6 mil milhões de MZN, ainda está a ser analisado.

a liquidação dos pagamentos a fornecedores em atraso e proporcionar uma margem de conforto para situações de emergência, sob a forma de poupança. Também irão elevar os saldos primários e globais em 2019 (incluindo impostos sobre mais-valias) para um valor cuja estimativa corresponde, respectivamente, a 2,5% e -1,4% do PIB.

Despesas de investimento e de sectores socioeconómicos: melhoria num ambiente difícil em termos de financiamento.

As autoridades continuaram a envidar esforços para reforçar as despesas prioritárias nos sectores socioeconómicos.[12] Depois de se terem mantido estáveis, desde 2016, em cerca de 14% do PIB, as despesas com os sectores prioritários incrementaram em um ponto percentual relativamente ao PIB, tendo passado para 15% em 2018, o que reflecte um acréscimo do orçamento para investimentos nos sectores da saúde e das infra-estruturas (Figura 16). A preservação das despesas prioritárias também foi ajudada pelo redireccionamento de uma parte das receitas das mais-valias obtidas em 2017 para a reabilitação de infra-estruturas rodoviárias e conclusão de vários projectos sociais. No entanto, em termos gerais, o peso do ajuste orçamental que tem vindo a ser feito desde 2016 recaiu de forma desproporcionada sobre uma categoria de despesas que é importante para o crescimento no futuro: as despesas de investimento público. Uma parte significativa do ajuste orçamental que já foi feito até à data baseou-se em cortes no orçamento para investimentos, tendo as despesas de capital diminuído de 12% para 7,7% do PIB entre 2015 e 2018, o que, se continuasse a acontecer, resultaria num retrocesso nos avanços no acesso a infra-estruturas.

As despesas nos sectores socioeconómicos deverão aumentar ainda mais em 2019, mas a eficiência destes gastos continua a ser um desafio. Avaliado em cerca de 96 mil milhões de MZN, o total de gastos prioritários nos primeiros 9 meses do ano foi 11% mais elevado do que no mesmo período do ano anterior, impulsionado pelas despesas recorrentes nos sectores da educação, saúde e infra-estruturas (principalmente nas áreas da energia eléctrica, obras públicas e água). Esta tendência, conjugada com as despesas adicionais associadas aos esforços de reconstrução após os ciclones tropicais, sugere que, este ano, as despesas prioritárias poderão aumentar para 16,5% do PIB. Apesar disso, a eficiência das despesas e a crescente desigualdade regional continuam a constituir um desafio em Moçambique, nomeadamente, nos principais sectores de prestação de serviços. (Para uma discussão mais detalhada sobre este tópico, consulte a secção dois do presente relatório).

Apesar de Moçambique continuar a debater-se com uma situação de sobreendividamento, registaram-se avanços na melhoria do seu perfil de dívida externa.

Apesar de ainda serem elevados, os níveis da dívida têm vindo a diminuir, desde 2016. Segundo estimativas, entre 2016 e 2019, a dívida externa do sector público terá diminuído, passando de 103% para 98% do PIB, por conta de uma valorização do metical em cerca de 13% durante esse período e de uma redução significativa dos empréstimos externos (Figura 17). Se excluirmos a dívida da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), os rácios de dívida externa serão ainda mais baixos, passando de 95% para 85% do PIB entre 2016 e 2019, o que constitui um reflexo da contribuição do financiamento do GNL de Moçambique para o *stock* de dívida.[13] De igual modo, no mesmo período, também se verificou uma diminuição da dívida do sector público (excluindo a ENH), cujo valor relativamente ao PIB passou de 118% para 104%. No entanto, as obrigações de serviço de dívida continuaram a ser elevadas, com uma estimativa de rácios de serviço de dívida externa e pública relativamente às receitas e donativos na ordem dos 16% e 34%, respectivamente, em finais de 2019 (excluindo o imposto sobre mais-valias).

Com o aumento do crédito interno como fonte de financiamento, o *stock* de dívida

[12] Os planos de desenvolvimento de Moçambique consideram como sectores prioritários os sectores da educação, saúde, infra-estruturas, agricultura e segurança social.

[13] Análise de Sustentabilidade da Dívida do FMI-Banco Mundial (ASD) para Moçambique, 2019, com estimativas actualizadas do PIB para 2018 e 2019.

interna continuou a aumentar. Nos primeiros 9 meses de 2019, registou-se um aumento de 32 mil milhões de MZN (cerca de 3,4% do PIB) na dívida interna do governo central, a fim de suprir as necessidades de financiamento orçamental, avançar com a liquidação de pagamentos internos em atraso e apoiar as empresas do SEE em situações de dificuldade. Essas necessidades conduziram a um aumento do stock de dívida interna do governo central, que passou a corresponder a 18,2% do PIB em finais de Setembro de 2019, comparativamente ao valor de 11,7% apurado em finais de 2016. Este aumento, que ocorreu durante um período de taxas de juro elevadas, agravou o volume do serviço da dívida interna para cerca de 2,2% do PIB em 2019, comparativamente ao valor de 1 % apurado em 2016. Olhando para o futuro, o perfil de maturidade dos instrumentos de dívida interna está a contribuir para níveis consideráveis de concentração do serviço de dívida: cerca de 80% do stock de Obrigações do Tesouro em Junho de 2019, correspondente a 5% do PIB (e equivalente a metade do *stock* de dívida), deverá ser pago entre 2019 e 2022, o que aumenta o risco de refinanciamento a médio prazo (figura 18).

As autoridades avançaram na resolução do incumprimento associado às obrigações MOZAM. As autoridades concluíram as negociações com os detentores de obrigações MOZAM 2023, no valor de 727 milhões de USD, em finais de 2019, o que resultou numa operação de *swap* para uma obrigação de 900 milhões de USD. No âmbito desse acordo, o vencimento foi prorrogado, passando de 2023 para 2031, e a taxa anual dos cupões foi reduzida, passando de 10,5% para 5% até 2023 e para 9% a partir de 2023. Também foi incluída uma taxa de consentimento de 40 milhões de USD para os detentores das obrigações.[14] A reestruturação proporciona, principalmente, um alívio em termos de fluxo de caixa. O ajustamento do perfil de dívida de Moçambique resultante desta operação vai proporcionar um alívio orçamental bastante necessário para o país e poderá contribuir, durante algum tempo, para a melhoria da sua notação de crédito.[15] Entretanto, as autoridades já adoptaram providências para contestar juridicamente a dívida associada à Proindicus e avançar no processo de negociação com os credores das dividas relacionadas com a Mozambique Asset Management (MAM).[16] Não obstante, a mais recente análise de sustentabilidade da dívida indica que Moçambique continuará a apresentar um risco elevado de incumprimento a médio prazo, mesmo num cenário em que as dívidas associadas às obrigações MOZAM e à MAM sejam reestruturadas, e em que a dívida da Proindicus seja excluída do *stock* de dívida pública. Isso sublinha a necessidade de uma consolidação fiscal contínua e a gestão proactiva dos riscos fiscais a médio prazo.[17]

As perspectivas fiscais continuam a ser preocupantes e exigem a implementação de medidas a curto prazo para reforçar a gestão orçamental a médio prazo.

As perspectivas apontam para um cenário de consolidação fiscal e para o facto de ser preciso rever as necessidades de financiamento do sector público e aumentar a eficiência das despesas, principalmente no que se refere aos sectores da prestação de serviços e das infra-estruturas. Moçambique espera vir a beneficiar de uma expansão significativa do seu espaço fiscal, com o início da produção de GNL. Não obstante, essas perspectivas precisam de tempo para se materializarem. Considerando os prazos de desenvolvimento dos projectos e do fluxo de produção, o aumento significativo das receitas fiscais por esta via poderá estar ainda a 8-10 anos de distância. Isso coloca Moçambique

[14] http://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/anuncios-e-comunicados/684-mozambique-reaches-an-agreement-in-principle-on-the-key-commercial-terms-of-a-proposed-restructuring-transaction-relating-to-mozambiques-usd-726524000-10-5-per-cent-notes-due-2023

[15] Após ter reduzido a notação de Moçambique, que passou de B2 em Agosto de 2015 para CAA3 em Julho de 2016, a Moody's melhorou ligeiramente o rating da dívida soberana desse país, atribuindo-lhe a classificação de CAA2 em Setembro de 2019. De igual modo, em Novembro de 2019, também foram realizados ajustes nas notações de crédito da dívida soberana de Moçambique pela Fitch (de RD para CCC) e pela Standard & Poor's (de SD para CCC+).

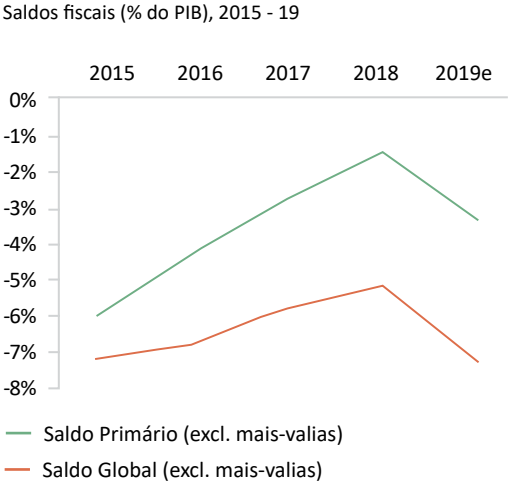
[16] Os créditos da Proindicus e da MAM fazem parte do pacote de dívidas ocultas e ascendem a 622 milhões de USD e 535 milhões de USD, respectivamente.

[17] A ADS para Moçambique do FMI e do Banco Mundial (2019) mostra que, apesar de melhorar comparativamente ao cenário de base, no cenário alternativo sem dívidas ocultas o valor actual da dívida relativamente ao PIB e ao rácio do serviço de dívida em relação as receitas continua acima dos limites de sustentabilidade da dívida definidos.

num cenário de consolidação fiscal por um período bastante prolongado, tendo em conta os níveis de dívida actuais. Como tal, nos próximos anos, é essencial manter o enfoque, de forma persistente, no aumento da eficiência das despesas, na redução das fontes de risco fiscais e na melhoria contínua da gestão das receitas, a fim de se poder reduzir os níveis de financiamento ao mesmo tempo que se satisfaz as necessidades nacionais de desenvolvimento. Na sequência dos progressos significativos que já foram feitos com as reformas dos subsídios, é fundamental introduzir medidas para controlar as despesas com o pessoal da função pública e reestruturar as empresas do SEE deficitárias.

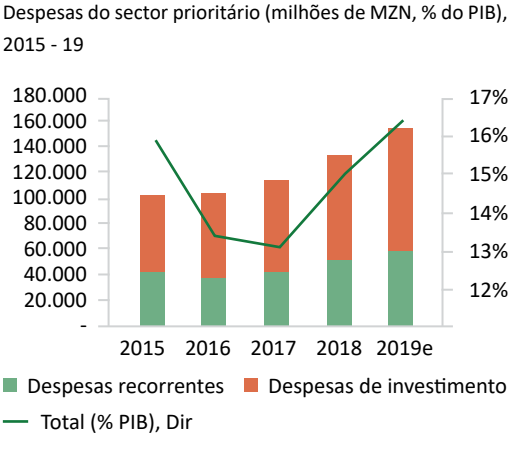
Este é o momento certo para reforçar o planeamento fiscal a médio prazo, tanto para navegar pelo contexto actual como para estabelecer o quadro necessário para gerir criteriosamente os fluxos de recursos futuros. Se não for bem gerido, um potencial período de expansão das receitas relacionadas com o sector do GNL poderá constituir uma fonte de risco significativa para a estabilidade macroeconómica. A gestão desses riscos implica que se implementem uma série de políticas e instrumentos, incluindo um quadro fiscal de médio prazo credível e ancorado em objectivos fiscais adequados, e um fundo soberano que permita efectuar poupanças e suavizar os efeitos da volatilidade. De igual modo, as decisões de crédito deverão ser orientadas por uma estratégia de dívida a médio prazo, ancorada em objectivos de dívida sustentáveis. Além disso, o impacto dos investimentos públicos seria mais significativo se estes fossem feitos a partir de um fluxo de projectos bem preparados e avaliados em termos de impacto económico e social. A melhoria nos mecanismos de reporte, e a coordenação da política fiscal e monetária também são essenciais. Moçambique já fez avanços nalgumas destas áreas, pelo que, com alguns esforços adicionais, poderá estabelecer um quadro de gestão fiscal de médio prazo bastante sólido, bem como condições adequadas para gerir eventuais períodos de "boom" de recursos naturais.

Figura 15: **Em 2019, verificou-se uma inversão dos avanços na consolidação fiscal**



Fonte: MEF; FMI; estimativas da equipa do Banco Mundial.

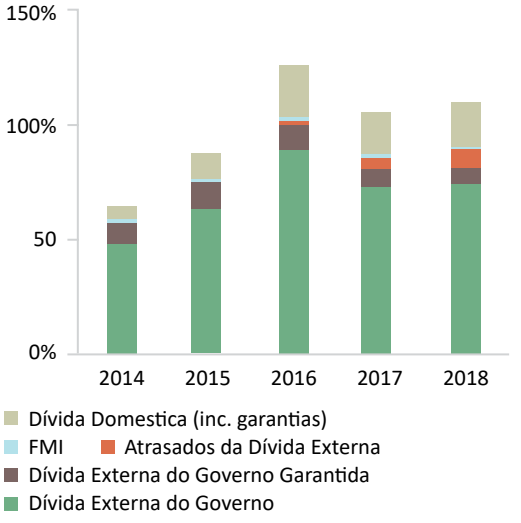
Figura 16: **Prevê-se que, em 2019, as despesas com o sector prioritário tenham aumentado, reflectindo a existência de despesas de capitais mais elevadas**



Fonte: MEF; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 17: A valorização da moeda tem ajudado a reduzir os niveis da dívida total...

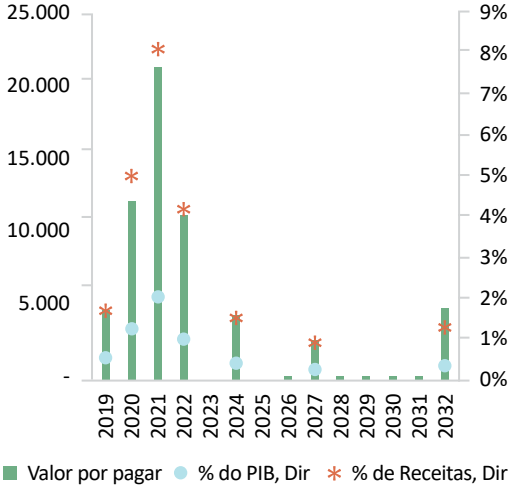
Dívida do sector público (% do PIB), 2014 - 18



Fonte: Análise da Sustentabilidade da Dívida de 2019.

Figura 18: ...mas as pressões da dívida interna estão a aumentar

Estimativa do perfil de amortização das obrigações (milhões de MZN, % do PIB, % das Receitas), 2019 - 2032



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial baseadas na BVM.

Tabela 4: Finanças Públicas (base de compromisso)

(Percentagem do PIB)	2015 Real	2016 Real	2017 Real	2018 Estimativa	2019 Previsão (1)
Receitas e Donativos (excl mais-valias)	26,0	23,9	24,6	26,0	24,8
Receita Total	23,2	22,0	25,1	24,0	29,3
Receitas Fiscais	19,5	18,4	20,0	20,7	25,9
das quais, mais-valias			2,5		5,8
Receitas Não Fiscais (incl. receitas de capitais)	3,7	3,6	5,1	3,3	2,8
Donativos	2,8	1,9	1,9	2,0	1,3
Despesa Total	33,1	30,6	30,3	31,1	32,0
Despesas Correntes	20,0	19,2	19,4	21,3	22,5
das quais:					
Remunerações de funcionários	10,0	10,4	10,6	11,5	11,9
Juros sobre a dívida pública	1,2	2,5	3,0	3,6	3,8
dos quais, em mora (2)		0,5	1,5	1,0	0,1
Despesas de Capital	12,0	8,1	6,7	7,7	7,6
Financiamento interno	5,3	3,2	3,2	3,2	4,4
Financiamento externo	6,7	4,9	3,5	4,5	3,2
Despesas não alocadas	0,0	0,4	0,9	0,6	
Atrasados aos fornecedores (3)	0,5	1,2	0,3	0,3	1,0
Empréstimos Líquidos	0,7	1,8	3,0	1,1	0,8

(Percentagem do PIB)	2015 Real	2016 Real	2017 Real	2018 Estimativa	2019 Previsão (1)
Saldo Primário	-5,9	-4,3	-0,3	-1,5	2,5
Saldo Global	-7,1	-6,7	-3,3	-5,1	-1,4
Saldo Primário (excl mais-valias)	-5,9	-4,3	-2,8	-1,5	-3,3
Saldo Global (excl mais-valias)	-7,1	-6,7	-5,7	-5,1	-7,2
Financiamento Global	7,1	6,7	5,7	5,1	7,2
Financiamento Externo	4,0	3,9	6,8	3,3	0,6
Financiamento Externo excepcional - dívida	0,0	1,8	4,0	3,2	0,1
Financiamento Interno	3,2	2,9	-1,1	1,8	6,6
Financiamento excepcional (fornecedores e imposto sobre mais-valias)	0,0	1,2	2,8	0,9	4,4
Total da Dívida (Pública e Garantida pelo Estado)	87,4	125,6	105,6	109,0	117,3
Externa	76,5	103	86,5	90,0	98,2
Interna	10,9	22,5	19,1	18,9	19,1
PIB (nominal, milhões de MZN) (4)	637.760	752.702	840.526	887.806	943.582

Fonte: MEF, Análise de Sustentabilidade da Dívida de Moçambique (2019), Estimativas da equipa do Banco Mundial.
(1) As previsões incluem os custos adicionais associados às eleições e à recuperação dos efeitos dos ciclones, bem como o seu impacto nas receitas. Também se encontram incluídos 118 milhões de USD da Facilidade Rápida de Crédito (RCF, do inglês "Rapid Credit Facility").
(2) E (3) As estimativas são feitas com base nos compromissos.
(4) A mudança do ano base usado cálculo do PIB real de 2009 a 2014 resultou em novos valores de PIB, com impacto nos indicadores orçamentais. As alterações foram mais acentuadas no que toca aos valores de 2015 e 2016, com um aumento do PIB nominal de 8 e 10 por cento, respectivamente.

Política Monetária

A política monetária está cada vez mais mais flexível, mas a postura continua a ser bastante rígida e o crescimento do crédito continua a ser muito fraco, tudo isto num contexto de fragilidade económica.

Os baixos níveis de inflação prepararam o terreno para reduções das taxas de referência em 2019. A taxa de referência para empréstimos interbancários (MIMO)[18] caiu em 150 pontos base, com um valor de 12,75% registado em finais de 2019. De igual modo, durante 2019, a facilidade permanente de cedência (FPC) tem vindo a descer na mesma proporção, até chegar ao valor de 15,75%, à medida que as pressões inflacionárias foram reduzindo (Figura 19). O ciclo de expansão da política monetária tem decorrido de forma cautelosa, o que é adequado, tendo em conta os riscos inerentes aos preços do mercado externo e as preocupações em torno do ritmo da consolidação fiscal. No entanto, Moçambique tem uma das taxas de referência mais elevadas da região. Esse factor, associado as reservas obrigatórias no que se refere à moeda local e estrangeira de 13% e 36%, respectivamente, faz com que a posição política continue a ser bastante rígida (Figura 20). Tendo em conta o contexto económico fraco, a manutenção da estabilidade dos preços e uma retoma da consolidação fiscal, poder-se-ão criar as condições necessárias para flexibilizar ainda mais a política monetária em 2020.

[18] Taxa do Mercado Monetário Interbancário.

As taxas dos bancos comerciais têm vindo a ajustar-se lentamente para baixo, ajudando na recuperação gradual do crédito. Nos primeiros 6 meses de 2019, as taxas de juro do sector bancário atingiram um média de 21%, ou seja, 30% abaixo das taxas praticadas no mesmo período do ano anterior, enquanto a taxa média da banca aplicada a mutuários bem qualificados desceu para 18,5%, em Agosto de 2019, comparativamente à taxa de 21,8% praticada no ano anterior. Isto tem contribuído para aumentar a procura de crédito, que começou a registar, no mês de Setembro, um crescimento em termos reais. No entanto, o spread entre as taxas comerciais e de referência começou a aumentar, o que sugere uma desaceleração na transmissão da taxa de referência. Entre Março e Setembro de 2019, o desvio da taxa média dos bancos comerciais relativamente à FPC e à MIMO aumentou 250 e 200 pontos base, respectivamente, para 5,5% e 8%. Neste contexto, e num cenário em que a considerável procura de crédito por parte do sector público limita o acesso do sector privado a crédito a custos acessíveis, as taxas comerciais de Moçambique continuam entre as mais elevadas do continente e o crescimento do crédito continua a ser mínimo (Figura 21 e Figura 22).

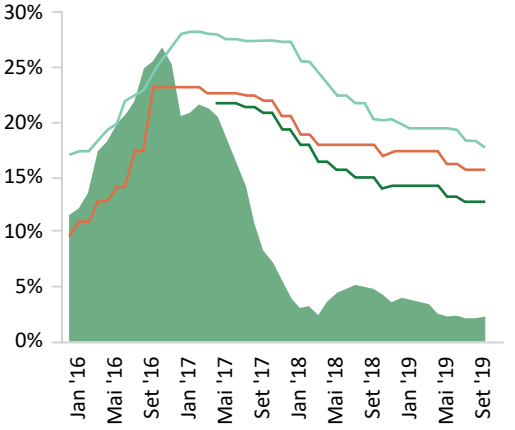
Os créditos malparados e a exposição ao sector público constituem riscos-chave que dificultam a criação de um ambiente favorável para o sector bancário.

A exposição dos bancos aos riscos do sector público continua a ser elevada. O aumento dos créditos malparados (NPL, do inglês "Non-Performing Loans") e a exposição dos bancos a empresas do SEE com desempenho inferior ao desejável continuam a constituir vulnerabilidades-chave para o sector bancário. A percentagem de empréstimos em situação de crédito malparado aumentou, tendo passado de 8,4% do valor bruto dos empréstimos em 2017 para 12,0% desse mesmo valor, em Abril de 2019, antes de cair para 9,8%, em Outubro de 2019. O desempenho do crédito também continuou a ser fraco, com os indicadores prudenciais sobre os créditos malparados referentes ao segundo trimestre de 2019 a variarem entre 2% e 19% para os bancos de maiores dimensões. A exposição ao Governo, através de títulos e empréstimos directos (incluindo a exposição das empresas do SEE), continua a ser elevada: entre os maiores bancos, em Junho de 2019, essa exposição representava cerca de 40% do crédito total. Neste contexto, a existência de redes de segurança financeira robustas, incluindo mecanismos de garantia dos depósitos e quadros de resolução, é essencial para aumentar a confiança no sistema, proteger os depositantes e promover a concorrência saudável.

Entretanto, existem outros indicadores bancários importantes que apresentam tendências relativamente positivas. A média de liquidez do sector bancário continua a ser elevada. No mês de Outubro de 2019, o rácio de activos líquidos era de 38% (comparativamente à média de 32% dos países da ASS). A rentabilidade diminuiu ligeiramente, reflectindo a deterioração da qualidade dos activos. O retorno sobre os activos e capitais próprios em Outubro de 2019 manteve-se nos 3,1% e 26,2%, comparativamente aos valores de 3,1% e 29,8%, respectivamente, registados no final de 2018. Os retornos têm vindo a ser suportados, principalmente, pela aplicação de taxas de juro elevadas, incluindo receitas provenientes de títulos de dívida pública, e pela continuidade da manutenção do nível das taxas e comissões cobradas pelas entidades bancárias. O desempenho do mercado de capitais também melhorou, com a cotação de novos instrumentos de dívida e acções na Bolsa de Valores de Moçambique.

Figura 19: A redução da inflação criou condiçõesreduções das taxas de referência, embora a um ritmo gradual...

Taxas de referência e IPC (variação percentual a 12 meses), 2016-19



Taxa de inflação (varição percentual a 12 meses)

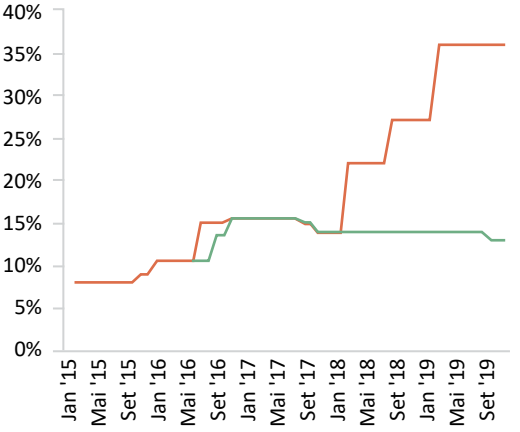
Prime — Facilidade Permanente de Cedência

MIMO

Fonte: BdM; INE.

Figura 20: ... o coefficiente das reservas obrigatórias aumentou durante o ano

Reservas obrigatórias (moeda local e externa), 2015 - 2019



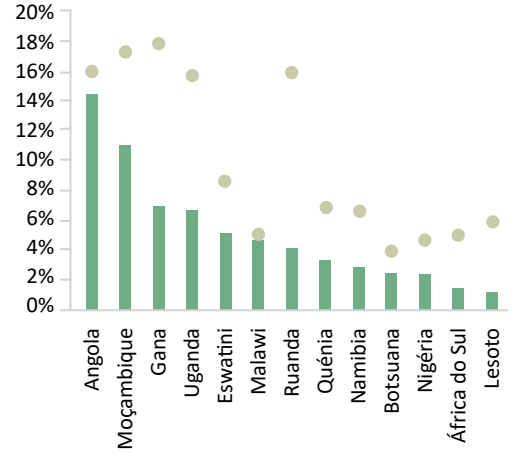
Reservas obrigatórias - moeda local

Reservas obrigatórias - moeda externa

Fonte: BdM.

Figura 21: ...mas as taxas de juro mantêm-se entre as mais elevadas do continente.

Taxas de juro comerciais e de referência ajustadas ao IPC (%), Junho de 2019



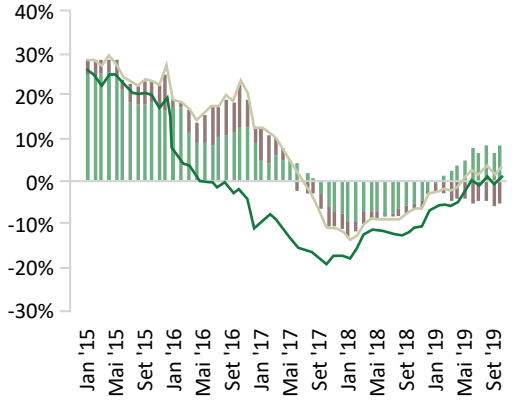
Taxa de Política Monetária (Real), Junho 2019

Taxa Prima (Real), Junho 2019

Fonte: Bancos Centrais Nacionais.

Figura 22: ...o que tem contribuído para refrear o crescimento do crédito

Crescimento do crédito (variação percentual a 12 meses); 2015-19



Crédito (moeda externa)

Crédito (moeda local)

Crescimento nominal — Crescimento real

Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Progresso no aumento da inclusão financeira.

O acesso ao financiamento é o segundo maior obstáculo enfrentado pelas empresas em Moçambique, a seguir à corrupção.[19] Em Moçambique, as instituições financeiras têm acesso muito limitado a mecanismos de partilha de riscos de crédito que lhes permitam alcançar financiamento para os segmentos de risco mais elevado. Apesar de se encontrarem disponíveis muitos regimes de microfinanciamento, crédito comercial e financiamento para fins de desenvolvimento, o acesso a esses instrumentos é limitado por certas condições, entre as quais se incluem as taxas de juro elevadas e as exigências de garantias. De acordo com o inquérito às empresas recentemente concluído, apenas 10% empresas das inquiridas tinham um empréstimo bancário ou uma linha de crédito em 2018. Se considerarmos as MPME e as empresas envolvidas no sector agrícola, a percentagem é ainda mais baixa, apesar da melhoria global dos níveis de inclusão financeira nos últimos anos (consultar a Caixa 4).[20]

As autoridades estão a tentar melhorar o acesso ao financiamento, através da implementação de reformas nos processos de insolvência e da introdução de um quadro de transacções com garantias associadas e registo de garantias reais sob a forma de bens móveis. A nova Lei de Garantias Mobiliárias, aprovada pelo Parlamento em Novembro de 2018, prevê uma reforma histórica, uma vez que permitirá que as empresas utilizem os seus bens móveis como garantia. Também tornará mais viável a prestação de certos serviços financeiros, como o *leasing* e o *factoring*. Além disso, o Estatuto de Administrador de Insolvência, aprovado em Março de 2019, foi concebido para promover a eficiência dos processos de recuperação de dívidas, o que poderá resultar numa melhoria das condições de crédito. A entrada no mercado, em 2019, de uma agência de crédito privada, também constitui um desenvolvimento positivo, uma vez que ajudará a complementar os sistemas de informação de crédito já existentes e a disponibilizar informações financeiras não bancárias.

Caixa 4: Melhoria da inclusão financeira em Moçambique: progresso até à data e novas reformas necessárias

Moçambique já conseguiu obter ganhos consideráveis no que se refere à inclusão financeira, com o crescimento no número de contas de carteiras móveis a desempenhar um papel fundamental. As conquistas mais notáveis de Moçambique entre 2016 e 2018 incluem a abertura de mais de 4 milhões de novas contas, o crescimento das transacções monetárias realizadas através de dispositivos móveis, a expansão dos pontos de acesso financeiro, o fortalecimento da infra-estrutura financeira para transacções de crédito e colateralizadas, e diversas melhorias no quadro legal e regulamentar. Desde 2015, a taxa de titularidade de carteiras móveis aumentou três vezes mais rápido do que a taxa de titularidade de contas bancárias tradicionais, com o valor das transacções móveis a subir de uma média de 1% do PIB em 2014-16 para 19% em 2019. O reforço do quadro regulamentar, incluindo a legislação sobre a emissão de moeda electrónica não bancária e regulamentos sobre a utilização de agentes bancários, facilitou o aparecimento de financiamentos digitais em Moçambique, ao mesmo tempo que a iniciativa "um distrito-um-banco" do GdM melhorou o acesso aos serviços financeiros.

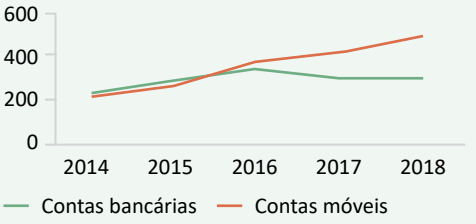
---

19 De acordo com o Inquérito às Empresas de Moçambique de 2018.

20 De acordo com as estimativas, apesar de, em 2015, as MPME terem contribuído 28% para o PIB e 42% para o emprego formal, 75% dessas empresas continuam a estar em situação de exclusão financeira. De igual modo, a agricultura, cujo contributo corresponde a 1/5 do PIB, só beneficiou de 3% dos empréstimos feitos à economia em 2018 (comparativamente à percentagem de 12% apurada em 2000 - 2010).

Figura 23: **O crescimento de carteiras móveis ultrapassou o de contas bancárias...**

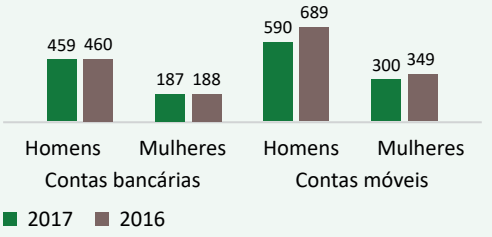
Contas bancárias e carteiras móveis (quantidade por cada 1000 adultos), 2014 - 2018



Fonte: BdM.

Figura 24: **...mas as mulheres continuam a estar sub-representadas**

Contas bancárias e carteiras móveis por cada 1000 adultos do sexo feminino e masculino, 2017 - 2018



Fonte: BdM.

Apesar desta melhoria, os níveis ainda são baixos e a distribuição é desigual, com as mulheres e os pobres a serem excluídos de forma mais evidente. De acordo com as estimativas do Banco de Moçambique, 33% dos adultos moçambicanos declararam ter uma conta em 2018. Em Moçambique, a disparidade de género é elevada, com apenas 19% das mulheres a terem uma conta bancária, comparativamente a 46% dos homens, o que limita a possibilidade de as mulheres serem capazes de controlar com eficácia as suas vidas financeiras. A ausência de infra-estruturas básicas (estradas, electricidade, telecomunicações, etc.) nas áreas rurais constitui um obstáculo, em conjunto com o baixo nível de conhecimentos por parte dos clientes quanto aos benefícios dos serviços financeiros, a aceitação limitada de pagamentos digitais pelos comerciantes e as dificuldades de gestão da liquidez.

São necessárias reformas adicionais, a fim de garantir que a inclusão financeira possa ser um elemento-chave para facilitar a redução da pobreza e o aumento da prosperidade partilhada. Tendo em conta que só 58% da população possui um documento de identificação nacional, o alargamento da lista de documentos necessários para os clientes de baixo risco abrirem uma conta bancária permitirá que mais pessoas tenham acesso aos serviços bancários. A introdução de requisitos de *"know your customer"* por camadas fará com que certos indivíduos, apesar de não terem a gama completa de documentos de identificação, possam, ainda assim, abrir contas bancárias básicas. A digitalização dos pagamentos governamentais (segurança social, pensões e salários da função pública), através da sua vinculação a carteiras móveis, eliminará os pagamentos em dinheiro, promoverá a flexibilidade no acesso dos indivíduos aos seus fundos e reduzirá a distância dos serviços bancários (e, consequentemente, o absentismo dos funcionários públicos). Também é importante assegurar a interoperabilidade total entre os bancos e emissores de dinheiro electrónico, uma vez que isso permitirá melhorar a eficiência do sistema de pagamento do retalho e facilitará a penetração das carteiras móveis – principalmente nas áreas rurais.

Fonte: Estratégia Nacional de Inclusão Financeira de Moçambique - revisão a médio prazo, 2019.

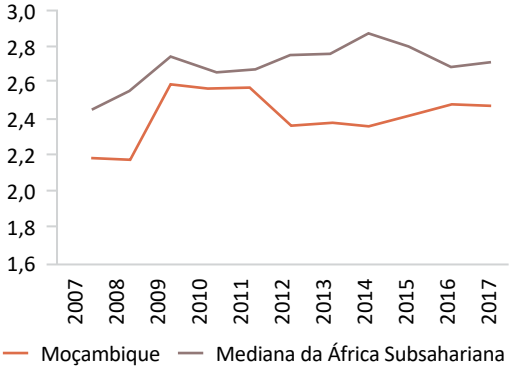
Segunda Parte: Atenção ao Défice de Investimento Rural

Num contexto de redução do crescimento, de diminuição do espaço fiscal e de aumento da exposição a catástrofes naturais, a satisfação das necessidades básicas da população em crescimento e a resolução do défice considerável de infra-estruturas do país constituem um desafio gigantesco. Com base no recente relatório "Desigualdades Espaciais no Acesso a Infra-estruturas Básicas em Moçambique" elaborado pelo Banco Mundial,[21] nesta secção da Actualidade Económica de Moçambique discute-se os níveis de acesso da população às infra-estruturas básicas e o papel do programa de investimento público na melhoria desse acesso. O relatório olha para o passado com vista a analisar os níveis de disparidades no acesso a infra-estruturas básicas, e avaliar a eficácia do programa de investimento público na melhoria destas desigualdades, com o intuito de identificar melhorias necessárias para reorientar o programa de investimento. A análise permite concluir que, em geral, as disparidades entre as zonas rurais e urbanas no que toca ao acesso a infra-estruturas básicas têm vindo a aumentar, principalmente nas zonas rurais das províncias do centro e norte de Moçambique. A análise também conclui que, durante os anos de expansão dos investimentos, o programa de investimento público foi pouco direccionado para as áreas mais desfavorecidas, o que contribuiu para agravar as disparidades. De facto, o programa concentrou-se significativamente em investimentos urbanos e canalizou recursos consideráveis para outras despesas que não são as de capital, tais como as despesas administrativas. O relatório conclui com a recomendação de medidas para reorientar o planeamento dos investimentos, a fim de eliminar a disparidade no acesso e promover o crescimento e a igualdade de oportunidades para todos os moçambicanos.

Moçambique é um país com um considerável défice de infra-estruturas. Anos de conflito, antes de a paz ter sido estabelecida de forma alargada no início dos anos 90, deixaram Moçambique com um stock de capital físico

Figura 25: **Moçambique tem um grande défice no nível de infra-estruturas**

Qualidade das infra-estruturas;[23] 2007 - 17



Fonte: Índice de Competitividade Global do Fórum Económico Mundial.

[21] http://documents.worldbank.org/curated/en/141691580240730622/.
[22] Estradas, caminhos de ferro, portos e transportes aéreos.

reduzido e com taxas diminutas de acesso a infra-estruturas básicas e serviços em todo o seu território. À medida que Moçambique começou a envidar esforços no sentido de recuperar e desenvolver a sua economia, as suas infra-estruturas e as suas instituições, foram feitos avanços significativos, a partir de um ponto de partida muito baixo. No entanto, o défice a nível de infra-estruturas continua a ser significativo, e as exigências da população em crescimento, bem como a elevada exposição à riscos de desastres naturais, aumentam a magnitude do desafio. Actualmente, no que se refere às medidas associadas ao desenvolvimento de infra-estruturas, Moçambique encontra-se abaixo dos seus pares regionais, em termos de acesso e qualidade (Figura 25). Considerando este contexto, a redução do défice de infra-estruturas foi identificada como prioridade política pelo Governo de Moçambique.[23]

Défice Crescente no Acesso a Infra-Estruturas Básicas.

Qual é o estado de acesso a infra-estruturas básicas? Os níveis de acesso a infra-estruturas em Moçambique têm estado a melhorar? A fim de responder a essas questões, criámos um índice que fornece um retrato do nível de acesso às infra-estruturas básicas (fonte de água melhorada, electricidade, estradas, mercados, escolas primárias e instalações de saúde) por província, utilizando dados do *Inquérito sobre o Orçamento Familiar (*IOF), informações sobre o *stock* físico de infra-estruturas[24] e outras fontes, tais como os dados de iluminação nocturna (consultar a Caixa 5). Este índice pode ser interpretado como uma forma de consultar a classificação média de certa província relativamente a outras quanto ao acesso a infra-estruturas básicas, efectuar comparações e, posteriormente, identificar as áreas mais avançadas e atrasadas em determinado período.

Áreas mais avançadas e desfavorecidas em termos de acesso a infra-estruturas básicas.

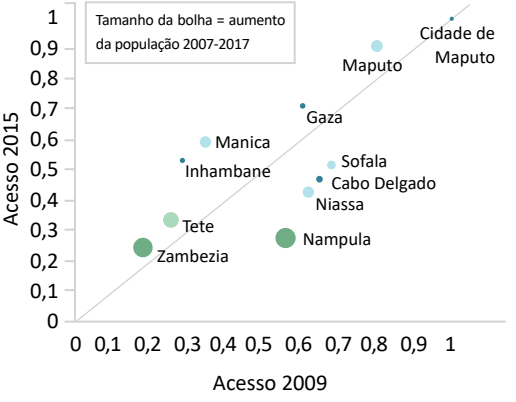
Em primeiro lugar, as evidências mostram que existem disparidades regionais significativas a nível de acesso a infra-estruturas básicas, e apontam as regiões centro e norte de Moçambique como sendo as áreas com os níveis de cobertura mais baixos. Conforme se mostra na Figura 26 e na Figura 27, os agregados familiares de Maputo e Gaza são os que apresentam os níveis mais elevados de acesso a infra-estruturas básicas. Entre 2009 e 2015, estas duas províncias mantiveram a sua posição no topo do índice e melhoraram ainda mais os seus níveis de acesso. Tete e Zambézia, as duas províncias mais atrasadas, mantiveram-se consistentemente na parte inferior da escala. No entanto, algumas áreas conseguiram avançar, enquanto outras ficaram para trás. Inhambane e Manica, que em 2009 eram províncias atrasadas em termos de acesso, conseguiram recuperar, a ponto de se encontrarem entre as líderes da tabela em 2015, enquanto outras quatro províncias desceram de posição no índice: Nampula, Sofala, Cabo Delgado e Niassa. Estas quatro províncias, em conjunto com a Zambézia (a província mais atrasada), apresentam as maiores percentagens de população abaixo do limiar de pobreza de todo o país.

[23] Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035; Programa Quinquenal do Governo 2015-2019.

[24] Esta base de dados foi desenvolvida pelo grupo de gestão de riscos de desastres do Banco Mundial, com vista a avaliar os níveis de exposição a desastres naturais e o impacto dos mesmos.

Figura 26: **As disparidades regionais em termos de acesso são evidentes...**

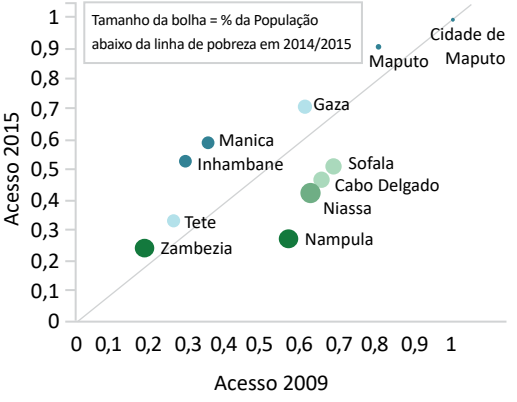
Acesso a infra-estruturas básicas e crescimento populacional - 2009-15



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial baseadas no IOF.

Figura 27: **... e espelham, em grande parte, as tendências de pobreza do país**

Acesso a infra-estruturas básicas e redução da pobreza



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial baseadas no IOF.

Sectores mais avançados e atrasados.

Em segundo lugar, por detrás das tendências regionais, encontra-se o desempenho a nível sectorial, que se revela misto, com ligeiras melhorias no acesso à água, electricidade e instalações de saúde. O acesso à electricidade e a água (que continua a ser baixo, abrangendo em média, respectivamente, 27% e 26% dos agregados familiares) aumentou em todas as províncias entre 2009 e 2015. De igual modo, o acesso a infra-estruturas de saúde, medido pela distância a que os agregados familiares se encontram das instalações de saúde mais próximas, aumentou a nível nacional, sendo o único indicador que mostra um progresso mais célere nas áreas rurais do que nas urbanas. Nestes três sectores, apesar de, em geral, os níveis de acesso continuarem a ser baixos, os investimentos ajudaram a melhorar o fornecimento de infra-estruturas na maioria das áreas.

No entanto, em média, o acesso a transportes deteriorou-se significativamente, em conjunto com uma redução moderada do acesso a escolas primárias. A deterioração do acesso a transportes entre 2009 e 2015 é particularmente assinalável. Este indicador, que constitui um sucedâneo do indicador de acesso a estradas, é o que apresenta o maior nível de deterioração, uma vez que a distância até aos transportes triplicou. Nas áreas urbanas, a distância média até aos transportes aumentou ligeiramente, tendo passado de 19 para 26 minutos, enquanto nas áreas rurais esse aumento foi de 28 para 92 minutos. No que se refere ao acesso a indicadores de mercado, observam-se tendências semelhantes.

Um crescente défice no acesso a infra-estruturas nas zonas rurais.

Em terceiro lugar, os indicadores mostram a existência de uma disparidade crescente entre as zonas rurais e urbanas em todos os sectores, à excepção da saúde e da água, e um agravamento acentuado da conectividade rural. A desagregação das tendências sectoriais entre as zonas rurais e urbanas revela que a maior parte da deterioração do acesso observada nos sectores de baixo desempenho (transportes, mercados e escolas) ocorreu nas zonas rurais de Moçambique. Estas tendências sugerem que se verificou uma deterioração significativa nas ligações das zonas rurais e no acesso dessas zonas aos mercados, desde 2009. As distâncias até à escola primária mais próxima também aumentaram nas áreas rurais, tendo passado, em média, de 24 para 43 minutos, (os maiores aumentos foram os que se verificaram em Nampula e Sofala), enquanto o acesso urbano permaneceu relativamente estável

(aumento de 3 minutos).[25] Quanto à electricidade, apesar de se ter verificado um ligeiro aumento nas zonas rurais (de 1% para 7%), o nível de acesso continua a ser muito reduzido. Em contrapartida, nos sectores da saúde e da água, tem sido possível diminuir a dimensão do défice, com a saúde, por si só, a eliminá-lo quase por completo: a distância média até às instalações de saúde mais próximas é de cerca de 30 minutos, tanto nas áreas rurais como nas urbanas.

Caixa 5: O índice de acesso a infra-estruturas básicas

fim de retratar os avanços no acesso a infra-estruturas básicas, calculámos um índice que agrega informações sobre o nível de acesso das famílias a água, electricidade, estradas, mercados, escolas primárias e instalações de saúde a nível provincial, fazendo uso de informações obtidas com base nos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares. Pesos iguais são aplicados a cada sector. Utilizando estes indicadores, é possível classificar as províncias, em termos de desempenho relativo, da seguinte forma:

Suponha que *x (m, n)* é um indicador sector*ial m* para a província *n*, no âmbito de um total de indicadores M e de N províncias. Para cada indicador, é estabelecida uma tabela de classificação: cada indicador é classificado relativamente a N províncias, a fim de fornecer:

$$r(m,n) = rank[x(m,n)]$$

que assume o valor 1 para o desempenho mais fraco e o valor N para o melhor desempenho. Posteriormente, procede-se ao cálculo da média das classificações sectoriais, a fim de estabelecer um índice agregado. Assim sendo, o índice para a província n é definido como:

$$I(n) = (1/(NM)) \Sigma_m r(m,n).$$

Através desta abordagem baseada no ordenamento, o índice pode ser interpretado como mostrando a posição de cada província em termos relativos num determinado período. O índice mostra a classificação média de certa província específica em relação às restantes, e o valor máximo (ou limiar de desempenho) corresponde à posição da província com melhor desempenho. Esta abordagem permite-nos comparar as províncias de Moçambique com vista a identificar as áreas que se encontram mais avançadas e atrasadas em múltiplas dimensões de acesso a infra-estruturas num determinado período (ano). Contudo, a abordagem não permite a comparação de progressos relativamente a qualquer fronteira não observada, como por exemplo, um nível mínimo de acesso esperado acima daquele que tiver sido atingido pela província com melhor desempenho.

[25] Nos últimos anos, Moçambique tem vindo a fazer avanços significativos em termos de aumento do número de matrículas no primeiro ciclo do ensino básico (97% de taxa líquida de matrículas em 2016), enquanto a que frequência o segundo ciclo do ensino básico tem ficado para trás (23% de taxa líquida de matrículas). A estimativa do número de alunos que frequentam programas pré-primários é de apenas 4% (Banco Mundial, 2016). O aumento da distância das escolas primárias pode estar a reflectir o facto de o percurso de transporte para as escolas ser mais longo para os estudantes matriculados e/ou o facto de o progresso nas matrículas dos últimos anos do ensino básico ser mais lento, principalmente em Nampula e Sofala – as duas províncias que apresentam os aumentos mais pronunciados no que se refere à distância das escolas primárias.

Até que ponto o Programa de Investimento Público contribuiu para o Aumento das Disparidades de Acesso?

Entre 2009 e 2015, só 42% do orçamento de investimentos foi alocado a despesas de capital associadas a investimento em infra-estruturas básicas[29] para a prestação de serviços.

O programa de investimento público desempenha um papel central na garantia do acesso a infra-estruturas básicas para a prestação de serviços. Existem vários factores que podem afectar a taxa de avanço na redução das disparidades de acesso, tais como as condições iniciais, a taxa de crescimento populacional na área, a deterioração do stock de infra-estruturas já existentes e a exposição a danos provocados por inundações e tempestades graves. Contudo, o principal instrumento disponível para os fazedores políticos combaterem estes problemas é o sistema de investimento público e, consequentemente, os níveis de investimento direccionados às zonas desfavorecidas. Contudo, durante o período de aceleração do investimento público em Moçambique, o défice de acesso a infra-estruturas aumentou nas zonas rurais. (com uma média de 13% do PIB entre 2009 e 2015, Moçambique manteve um nível elevado de investimento público *on-budget* comparativamente aos seus pares.[26] Isto posicionou o país como uma das economias africanas com as taxas mais elevadas de investimento público durante este período. O aumento de recursos provenientes do governo e de doadores esteve por detrás dos níveis de investimento público registados.[27] Assim sendo, será que o programa de investimento público de Moçambique foi eficaz em inverter as dicotomias emergentes no acesso às infra-estruturas básicas?[28]

Entre 2009 e 2015, cerca de um terço do orçamento de investimentos foi utilizado para pagar despesas correntes, e só os dois terços restantes é que foram aplicados em despesas de capital. Essas despesas correntes incluíram despesas com pessoal, bens não duradouros e serviços. Como tal, apenas 64% do orçamento destinado a investimentos poderá ter contribuído para a formação bruta de capital (doravante denominada despesas de capital). Apesar de não ser inesperado que os projectos de capital contenham alguns custos indirectos, o volume significativo de outras despesas que não são de capital no orçamento para investimentos constitui um indicador de fraqueza das práticas de classificação e orçamentação.

Entre 2009 e 2015, a administração pública foi a categoria de despesas com maior peso no orçamento de capitais, representando 35% dos gastos, seguida pela das despesas em infra-estruturas rodoviárias, com um peso de 25%. A maior parte das despesas de capital integradas no âmbito da categoria de "administração pública" foram alocadas a despesas que não contribuem para o stock de infra-estruturas relacionadas com a prestação de serviços, como por exemplo, custos de alojamento, mobiliário de escritório, veículos e transferências para outros organismos públicos fazerem face as suas despesas administrativas. Apesar de estes custos poderem ser considerados importantes

---

[26] É importante referir que o investimento extra-orçamental constitui uma parte significativa do investimento total em Moçambique. Por exemplo, uma análise do investimento de capital extra-orçamental executado por dez das maiores PME mostra que o investimento público feito através dessas entidades foi equivalente a 6% do PIB, em média, entre 2014 e 2015. Além das PME, os municípios, projectos de doadores, organizações não governamentais e sector privado também desempenham um papel importante no fornecimento de infra-estruturas básicas.

[27] De facto, embora o contributo dos projectos de capital financiados por doadores tenha sido significativo , os recursos próprios do governo (incluindo o apoio orçamental) constituíram a principal fonte de crescimento (o que explica a subida de 78% no volume de investimentos), indicando uma postura política em prol do aumento do investimento público.

[28] A análise desta secção só abrange o investimento de doadores previsto no orçamento, devido à ausência de informações/base de dados actualizada sobre os gastos extra-orçamentais. Em certos sectores, a importância do apoio extra-orçamental prestado por doadores é considerável, nomeadamente no que toca à área da saúde, no âmbito da qual, durante a última década, esse tipo de financiamento tem vindo a representar um valor de entre um terço e metade das despesas anuais (UNICEF, 2017).

[39] Principalmente estradas, água e saneamento, saúde, educação, agricultura e ambiente.

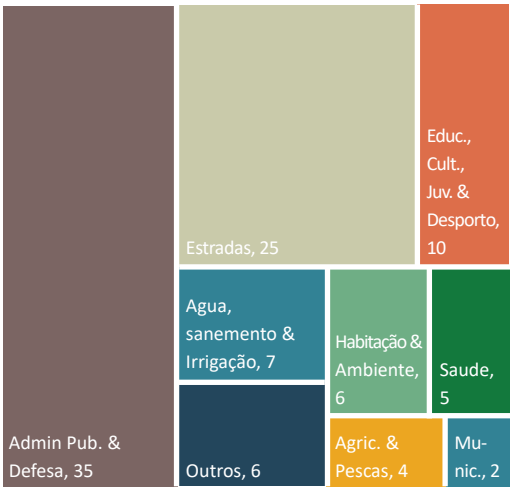
no que toca à manutenção do sector público, o seu contributo directo para aumentar o acesso a serviços básicos e elevar a capacidade produtiva da economia é limitado. Conforme se mostra na Figura 28, o investimento rodoviário representou 25% das despesas de capital. Outras áreas-chave, tais como as da educação, água, saúde e agricultura, representaram uma quota mais reduzida da despesa (10%, 7%, 5% e 4%, respectivamente). Por conseguinte, entre 2009 e 2015, após a dedução das despesas recorrentes e das despesas administrativas do orçamento para investimentos, só 42% dos investimentos previstos no orçamento de Moçambique é que foram alocados à formação de capital em sectores-chave económicos e sociais.

Contudo, mais recentemente, os cortes no orçamento de investimentos melhoraram a composição da despesa de capital.

Com os recentes cortes no orçamento para investimentos, verificou-se uma melhoria da composição do orçamento de capital. A partir de 2016, quando a crise económica exigiu a implementação de programas estruturais de ajuste fiscal e monetário, o orçamento de investimentos foi sujeito a cortes acentuados, como parte dos esforços de consolidação fiscal de Moçambique. Com esses cortes, as despesas de investimento reduziram de 12% para 8% do PIB entre 2015 e 2018. Com isto, foram reduzidos os gastos em administração pública no orçamento de capital, as despesas de investimento recorrentes diminuíram ligeiramente, passando de 4% para 3% do PIB em 2017, enquanto as despesas de capital desceram a um ritmo mais acelerado, passando de 11% para apenas 4% do PIB, o que deixou o orçamento de capital com uma quota superior de gastos em infra-estruturas básicas (Figura 29). Isso permitiu que alguns sectores, tais como os das estradas, saúde e educação, protegessem as suas quotas, além de constituir um bom indicador de que se tentou salvaguardar os gastos com infra-estruturas básicas.

Figura 28: **Antes de 2015, a administração pública era a maior categoria das despesas de investimento...**

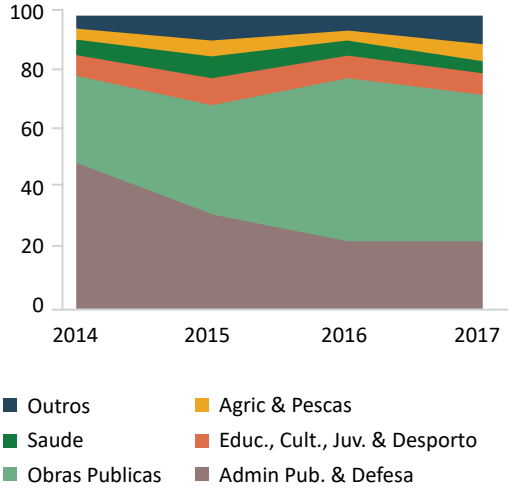
Composição do orçamento para despesas de capital; 2009-2015



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, baseadas nos dados do MEF e da BOOST.

Figura 29: **...mas a consolidação fiscal contribuiu para a diminuição dos gastos da administração pública**

Composição sectorial das despesas de capital (% do total de gastos com capital de investimento), 2014 - 17



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, baseadas nos dados do MEF e da BOOST.

Distribuição Espacial do Programa de Investimento Público.

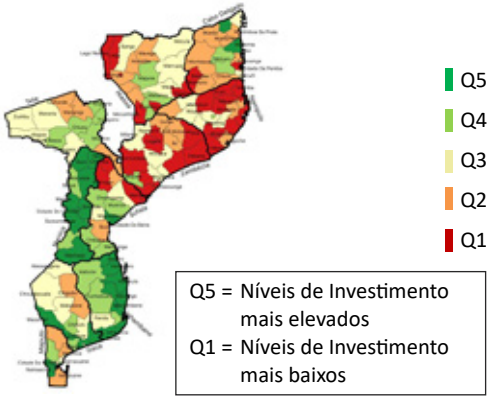
Será que os aumentos no investimento público, durante os anos de expansão do investimento em Moçambique, impulsionaram a canalização de recursos para as zonas mais desfavorecidas? Para responder a esta pergunta, desagregámos as despesas de investimento a nível subnacional (províncias e distritos) e por zonas rurais e urbanas, combinando informações detalhadas sobre as despesas públicas com dados administrativos que servem de sucedâneo dos gastos a nível subnacional,[30] a fim de gerarmos as primeiras estimativas disponíveis da despesa de investimento a nível distrital. Os resultados mostram uma variação significativa nos níveis de despesa, tanto entre como intra-províncias. Em geral, as tendências da despesa reflectem os indicadores de acesso, ao apontarem para níveis de investimento mais baixos nas zonas norte e centro, principalmente em Nampula, Zambézia e Cabo Delgado. Esta divisão é mais evidente nos padrões das despesas não-rodoviárias.

Progresso insuficiente na canalização de recursos para as áreas mais desfavorecidas.

As províncias que, em 2009, apresentavam os níveis mais baixos de acesso a infra-estruturas básicas, mantiveram-se entre as menos financiadas nos anos subsequentes. Conforme discutido na primeira parte deste relatório, em 2009, as áreas rurais tiveram menos acesso a infra-estruturas básicas do que as urbanas, com a Zambézia, Tete, Inhambane e Manica a apresentarem os níveis de acesso mais reduzidos (menos de metade dos níveis de acesso de Maputo). Durante esse período, os níveis de investimento em Inhambane e Manica situaram-se entre os mais elevados do país, o que apoiou a recuperação destas duas províncias e a melhoraria da sua posição no índice de acesso a infra-estruturas básicas em 2015. Zambézia e Tete, as duas províncias que apresentavam as taxas de acesso mais baixas, tanto em 2009 como em 2015, encontravam-se entre as áreas menos financiadas, o que contribuiu ainda mais para a limitação do seu desenvolvimento. Nampula, a província que passou pela maior deterioração a nível de acessos, também se encontrava entre as menos financiadas. Outras partes do país, como Niassa e Cabo Delgado, apresentam um padrão mais misto (Figura 30 e Figura 31).

Figura 30: **O avanço na canalização de recursos para as áreas mais desfavorecidas foi insuficiente...**

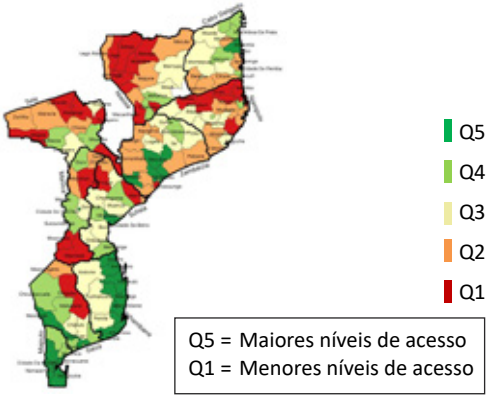
Investimento a nível distrital por quintil, 2009 - 15



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, calculadas através da base de dados de infraestruturas do Banco Mundial.

Figura 31: **...com as tendências de despesas a espelhar os indicadores de acesso**

Índice de acesso a infra-estruturas básicas por distrito, 2015



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial, calculadas através da base de dados de infraestruturas do Banco Mundial.

[30] As informações do Fundo de Estradas sobre as quotas de despesa das províncias são utilizadas para desagregar o total das despesas rodoviárias por província. Posteriormente, a desagregação dos dados é aprofundada ao nível distrital, utilizando o tamanho da rede rodoviária de cada distrito. As despesas de capital dos investimentos não rodoviários, associadas, principalmente, à saúde, educação e outros sectores que empregam um grande volume de funcionários públicos, são divididas por província, utilizando o tamanho da administração pública local como proxy, tendo sido desagregada para o nível distrital, com base nas quotas de população.

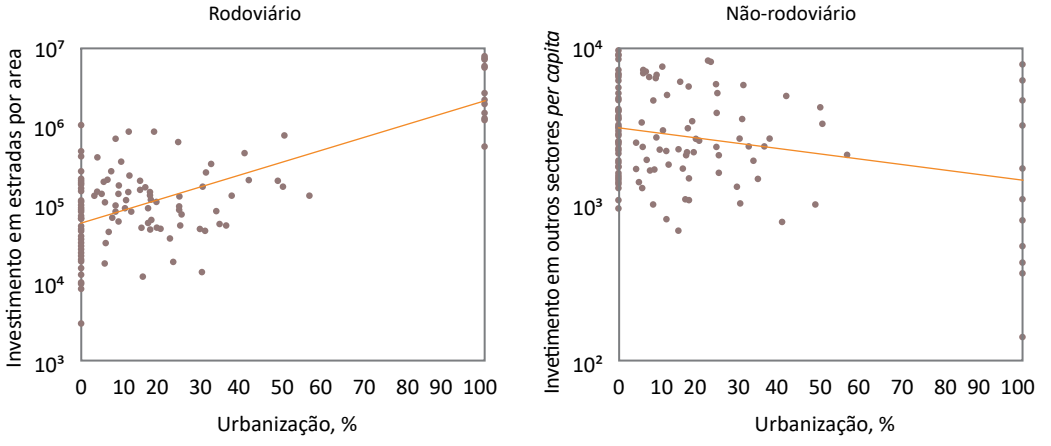
Viés urbano no investimento em infra-estruturas rodoviárias e limitações em acompanhar o crescimento populacional.

As despesas rodoviárias tenderam a ser mais elevadas nas zonas urbanas, contribuindo assim para o declínio observado na conectividade rural, enquanto as despesas não-rodoviárias apresentaram uma tendência oposta. A figura 32 compara os níveis de despesas com infra-estruturas rodoviárias e não-rodoviárias a nível distrital, entre 2009 e 2015, com os níveis de urbanização dos distritos.[31] Os resultados mostram uma tendência para maiores gastos rodoviários nos distritos mais urbanos. Isso sugere que, durante os anos de expansão do investimento, a aplicação da maior parte do orçamento rodoviário foi concentrada na conectividade urbana. Isto explica o aumento significativo da distância até aos transportes, conforme relatado pelos agregados familiares rurais, que resultou na diminuição dos níveis de conectividade rural. Uma das razões para isso ter acontecido poderá estar relacionada com os custos de manutenção da rede rodoviária, que poderão favorecer naturalmente as áreas urbanas, uma vez que essas áreas possuem uma rede rodoviária mais densa. Em contrapartida, as despesas não-rodoviárias tendem a diminuir com o aumento do nível de urbanização, o que, provavelmente, reflecte avanços em termos de maiores alocações rurais *per capita* em certos sectores, como os da saúde, educação e água.

Além disso, o investimento não tem conseguido acompanhar o crescimento da população. A Figura 33 indica a existência de um vínculo limitado entre as despesas rodoviárias e o crescimento populacional, possivelmente na medida em que a cobertura rodoviária se encontra mais estreitamente associada ao tamanho da área. Contudo, no que se refere às despesas não-rodoviárias, as evidências sugerem que, com o aumento das taxas de crescimento populacional, verifica-se uma diminuição dos níveis de despesa *per capita*. Mesmo durante os anos de expansão dos investimentos, o investimento em infra-estruturas básicas não-rodoviárias tem sido insuficiente para acompanhar as necessidades demográficas.

Figura 32: **Grande parte do orçamento rodoviário foi concentrado na conectividade urbana, enquanto os gastos não-rodoviários tornam-se mais evidentes à medida que diminuem os níveis de urbanização**

Relação entre o investimento rodoviário e não-rodoviário (2009-15) e o nível de urbanização a nível distrital

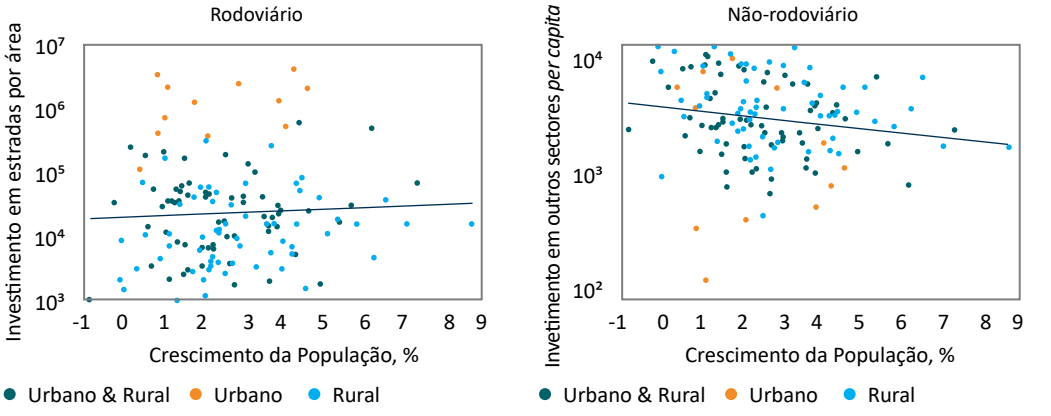


Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial calculadas através da utilização da BOOST; INE.

[31] Despesas rodoviárias por km² e despesas não rodoviárias *per capita*.

Figura 33: **Os níveis de investimento tendem a ter pouca relação com o crescimento populacional**

Relação entre o investimento rodoviário e não-rodoviário (2009-15) e a taxa de crescimento populacional a nível distrital



Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial calculadas através da utilização da BOOST; INE.

Porquê Investir em Reduzir o Défice de Investimento Rural?

Porque o investimento rural é igualmente importante para o bem-estar rural e urbano.

À medida que a população de Moçambique vai crescendo e começando a tornar-se mais urbanizada, e tendo em conta que a maioria dos pobres continua a concentrar-se nas zonas rurais, é fundamental que se estabeleça uma combinação adequada de investimento público, tanto para promover o crescimento como para garantir a igualdade de oportunidades. As áreas urbanas são polos de crescimento densamente povoados que, eventualmente, poderão gerar retornos elevados na sequência de bons investimentos, enquanto as áreas rurais comportam a maioria da população e também a maioria dos pobres. Então, qual é a combinação de investimentos mais adequada? Para explorar esta questão, baseamo-nos num conjunto de informações importantes extraídas do modelo de equilíbrio geral,[32] que discute as potenciais compensações e resultados dos cenários de investimento (para obter mais detalhes sobre o modelo à escala da economia, consulte a Caixa 6).

Caixa 6: **O modelo de equilíbrio geral**

O modelo à escala da economia discutido nesta secção do relatório é um modelo de "equilíbrio geral computável" (CGE, do inglês "computable general equilibrium"), que capta o funcionamento da economia, bem como as ligações entre os agregados familiares, produtores, governo e o resto do mundo, a fim de permitir calcular o impacto potencial das mudanças políticas, investimentos ou eventos internos e externos (Dorosh et al, 2016). O modelo baseia-se numa matriz de contabilidade social (SAM, do inglês "social accounting matrix") de 2012 concebida para Moçambique, que estabelece um quadro coerente através do qual se pode

[32] Dorosh *et al.*; "Urbanization, Rural-Urban Linkages, and Economic Development in Mozambique"; IFPRI; 2016. Relatório de contexto preparado para a Revisão da Urbanização em Moçambique do Banco Mundial - 2017.

obter o fluxo de transacções ocorridas na economia de forma espacialmente desagregada entre cidades, vilas e zonas rurais (Thurlow e Seventer, 2016).

[1] *Thurlow, J. e D.E. Van Seventer. 2016. A social Accounting Matrix for Mozambique: A Nexus Project SAM. Washington DC, EUA: IFPRI.*
[2] *Dorosh, P. et al. 2016. Urbanization, Rural-Urban K=Linkages, and Economic Development in Mozambique. Background paper for the World Bank Mozambique Urbanization Review. Washington DC, EUA: IFPRI.*

O modelo indica que a manutenção dos níveis de investimento urbano *per capita*, em detrimento do investimento rural, com vista a suprir as necessidades da população urbana, penaliza o bem-estar nas áreas urbanas e rurais. Os resultados do modelo mostram que esse tipo de política aumentaria os níveis de crescimento do PIB urbano e do bem-estar, e promoveria um crescimento mais rápido da indústria e dos serviços, acelerando assim as mudanças estruturais. No entanto, esses efeitos implicam uma contrapartida importante, que se traduz num crescimento mais lento da economia e níveis de bem-estar nas zonas rurais. Este cenário também conduz a piores resultados para os pobres das áreas urbanas. Isso deve-se ao facto de um crescimento agrícola mais fraco produzir um efeito de subida dos preços dos alimentos nas áreas urbanas, principalmente dos produtos não importados, que afectaria desproporcionalmente os pobres urbanos. Em geral, os resultados deste cenário chamam a atenção para a não implementação de um programa de investimento concentrado nas áreas urbanas, mesmo num contexto de urbanização mais célere, tendo em conta os potenciais efeitos adversos sobre a economia rural e os pobres urbanos.

Pelo contrário, o facto de se investir nas zonas rurais poderá ser mais vantajoso, tanto para as áreas rurais como para as urbanas. Considerando os efeitos adversos sobre o crescimento rural de um programa de investimento concentrado nas zonas urbanas, o modelo avalia as implicações de se aumentar o volume de investimento global, a fim de permitir a coexistência de níveis de investimentos rurais mais elevados com o aumento dos investimentos nas áreas urbanas. O aumento dos investimentos públicos é financiado pelo aumento dos impostos nas cidades. Trata-se de um cenário no qual se aproveita o crescimento nas áreas urbanas para financiar as necessidades de investimento rural e apoiar o desenvolvimento de uma carteira de investimentos mais equilibrada. Esta abordagem resulta no aumento do crescimento do PIB nacional na mesma proporção que a do cenário de investimento urbano, proporcionando, em simultâneo, um crescimento agrícola mais célere. As ligações da agricultura à indústria transformadora (principalmente ao agro-processamento) e ao sector dos serviços criam ligações espaciais entre os meios rural e urbano, bem como empregos nos sectores em questão, principalmente nas cidades. Isso também promove as transformações estruturais. As cidades também crescem, apesar de o fazerem a um ritmo mais lento do que no cenário de investimento concentrado nas zonas urbanas. Em termos de resultados, embora o aumento do bem-estar passe a abranger todos os grupos (pobres e não pobres das áreas rurais e urbanas), essa melhoria, no seu conjunto, ultrapassa aquela que se obtém com o cenário de investimentos concentrados nas áreas urbanas.

Porque o aumento do acesso a infra-estruturas básicas nas zonas rurais está ligado uma maior celeridade na criação de empregos.

A análise apresentada nesta secção explora a relação existente entre as despesas de investimento público, o acesso a infra-estruturas básicas e o emprego, tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Avaliamos a forma como variações nas despesas de investimento dentro de cada distrito afectam as mudanças no acesso às infra-estruturas básicas e empregos dentro de cada distrito, utilizando um modelo de efeitos fixos a nível distrital. Esse procedimento também permite diferenciar os resultados por áreas rurais e urbanas. Por conseguinte, as estimativas assemelham-se a um modelo de diferença em diferenças (a Caixa 7 fornece mais detalhes). São considerados dois tipos de despesa: despesas de investimento em infra-

estruturas básicas e despesas de investimento exclusivo em infra-estruturas rodoviárias, tendo em conta a importância das estradas no orçamento para investimentos de Moçambique e a magnitude da deterioração do acesso aos transportes observada na secção anterior.

A análise baseia-se em dados detalhados sobre a despesa pública e em informações obtidas ao nível das famílias através do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF). Os dados sobre o investimento público a partir de 2009 são provenientes do BOOST de Moçambique, uma base de dados altamente pormenorizada sobre execução das despesas orçamentais.[33] Na análise, são utilizadas duas categorias de despesas: (1) investimentos económicos, que cobrem uma série de investimentos multissectoriais; e (2) investimentos rodoviários. A base de dados contém informações pormenorizadas sobre as despesas, mas só se encontra parcialmente desagregada a nível subnacional. Para calcularmos as estimativas de despesas de investimento rodoviário a nível distrital, utilizamos dados fornecidos pelo Fundo de Estradas, uma entidade pública que executa grandes investimentos rodoviários, a fim de obtermos informações sobre a distribuição subnacional do investimento. De igual modo, a desagregação do investimento não-rodoviário a nível provincial foi feita utilizando o tamanho da administração pública (medido pelo tamanho da força de trabalho da função pública) como sucedâneo do valor referente às despesas de investimento de cada província, ao que se seguiu a desagregação a nível distrital, com base nas quotas populacionais. Na falta de uma medida mais precisa para as despesas de investimento a nível distrital, adoptou-se esta abordagem, tendo em conta a correlação esperada entre as despesas com escolas, instalações de saúde e outras infra-estruturas, bem como o número de funcionários públicos (por exemplo, professores e trabalhadores da área da saúde) do distrito em questão. Os dados sobre resultados, tais como aqueles que se referem às despesas de consumo, pobreza e emprego, foram obtidos a partir dos IOF de 2008/2009 e 2014/2015.[34] Também utilizamos as informações fornecidas pelo inquérito quanto às distâncias de escolas, instalações de saúde, água, transportes[35] e mercados, para apurarmos o nível de acesso a essas infra-estruturas básicas.

Os resultados indicam que o orçamento para investimentos públicos tem um papel mais catalítico no que toca à melhoria dos níveis de acesso nas zonas rurais. Os resultados sugerem que um aumento dos investimentos no valor de mil milhões de MZN (cerca de 32 milhões de USD em 2014) poderá ser associado a uma redução de 2 minutos, em média, no tempo necessário para aceder às principais infra-estruturas. Essa associação é mais forte nas áreas rurais, onde o aumento representa uma redução de 7 minutos no tempo necessário para aceder aos serviços públicos, comparativamente à redução de menos de 1 minuto nas áreas urbanas. De igual modo, um aumento de mil milhões de MZN nas despesas rodoviárias permitiria reduzir 9 minutos no tempo necessário para aceder a transportes. Também aqui, novamente, ao observarmos as áreas urbanas e rurais em separado, não encontramos qualquer efeito significativo nas áreas urbanas, enquanto que, entre os distritos rurais, um aumento de mil milhões de MZN nas despesas públicas permitiria diminuir até 25 minutos no tempo necessário para aceder a transportes. Estes resultados apontam para que se considere o investimento nas áreas rurais "mais rentável", em termos de aumento dos níveis de acesso. As zonas rurais de Moçambique tendem a possuir uma densidade de infra-estruturas mais reduzida, comparativamente às zonas urbanas, onde as distâncias de acesso a infra-estruturas básicas tendem a ser menos preocupantes do

[33] A BOOST é uma base de dados que fornece informações detalhadas sobre as despesas públicas com base em dados provenientes do e-Sistafe: Sistema de Gestão de Informações das Finanças Públicas de Moçambique. O BOOST foi lançado pelo Banco Mundial, em 2010, com o objectivo de aumentar a transparência, responsabilização e capacidade de avaliação da eficiência das despesas.

[34] As taxas de pobreza baseiam-se na metodologia do Banco Mundial, em que se considera que uma família é pobre quando subsiste com menos de 1,9 USD por dia (2011). A estimativa do número total de postos de trabalho é feita utilizando o total de pessoas que declararam estar empregadas em cada distrito, sector (público, privado e informal) e ano, e extrapolando as ponderações previstas no inquérito (consultar Blundell et al. (2004) para obter um exemplo de extrapolação das ponderações. A medição do número de postos de trabalho informais foi feita subtraindo ao total de postos de trabalho o número de postos de trabalhos formais locais, de acordo com o recenseamento de empresas de 2014.

[35] Considerou-se a distância dos transportes como sucedâneo do valor referente ao acesso a estradas.

que as necessidades de densidade, manutenção e qualidade das mesmas. Em contrapartida, certas infra-estruturas, como por exemplo, estradas e edifícios escolares, encontram-se em falta ou distantes em muitas áreas rurais, o que sublinha a importância do investimento para elevar os níveis de acesso a essas infra-estruturas (ou seja, reduzir as distâncias).[36]

Também se verifica que o investimento público está associado ao aumento da criação de empregos, predominantemente através da criação de postos de trabalho privados e informais nas áreas rurais. Nomeadamente, é possível associar um aumento de mil milhões de MZN nas despesas públicas à criação de cerca de 1 500 postos de trabalho em todas as áreas do sector privado.[37] Os resultados sugerem que essa relação é maior nas regiões rurais, onde se verifica a criação de cerca de 2 000 postos de trabalho no sector privado e de 14 000 empregos no sector informal. Os salários permanecem inalterados em todos os distritos, o que sugere uma curva de oferta horizontal orientada por níveis de desemprego elevados. É possível que a criação de alguns empregos esteja directamente relacionada com o próprio investimento, mas também é possível que se vão criando empregos à medida que o desenvolvimento for apoiando a expansão da actividade económica local.

Caixa 7: Especificações do modelo de efeitos fixos a nível distrital

A fim de explorarmos o vínculo existente entre o investimento público e o acesso a bens públicos, foi feita uma estimativa, que se traduziu na seguinte regressão:

$$Y_{hdt} = \gamma I_{dt} + \alpha_d + \lambda_t + \varepsilon_{hdt}$$

em que Y_{hdt} representa o tempo médio relatado, em horas, para aceder a transportes, mercados, água, escolas e clínicas, por agregado familiar *h*, distrito *d* e ano *t*, e em que γI_{dt} representa a estimativa de despesas em investimentos económicos. As variáveis λ_t referem-se aos efeitos fixos por distrito e por ano, e a variável ε_{hdt} refere-se à margem de erro, a qual é agrupada por distrito. É importante salientar que ambos os períodos permitem incluir efeitos fixos a nível distrital e fazer uma estimativa quanto à forma como as mudanças nas despesas rodoviárias dentro de cada distrito poderão afectar as mudanças no acesso a transportes do distrito em questão. Por conseguinte, a estimativa assemelha-se a uma estimativa de diferença nas diferenças. Foi feita uma estimativa da mesma regressão com vista a explorar o vínculo existente entre as despesas rodoviárias e o acesso a transportes.

Para compreender a relação entre o investimento público e a criação de emprego de forma transversal às regiões e sectores (público, privado, informal), foi feita uma estimativa, em separado, das seguintes especificações referentes aos investimentos económicos e rodoviários:

$$Y^s_{dt} = \gamma I^s_{dt} + \alpha^s_d + \lambda^s_t + \varepsilon^s_{dt}$$

em que Y^s_{dt} corresponde ao número de postos de trabalho no distrito *d*, ano *t* e sector s (público, privado, informal); α_d representa um efeito fixo distrital; λ_d refere-se a um efeito

[36] Estes resultados não implicam que o investimento nas zonas rurais seja mais eficiente do que os investimentos nas áreas urbanas. O investimento nas áreas urbanas pode gerar retornos económicos mais elevados, tendo em conta a maior densidade populacional e a concentração de actividades económicas nessas zonas. Contudo, há que enfatizar que as despesas de investimento nas áreas rurais encontram-se associadas a um progresso mais célere em termos de aumento dos níveis de acesso, devido à escassez de infra-estruturas básicas nessas regiões.

[37] Estas observações referem-se a empregos directos e indirectos.

fixo anual e ε_{hdt} representa a margem de erro, a qual é agrupada por distrito. A variável γI_{dt} refere-se ao investimento público e capta a relação de interesse.

A fim de explorar a forma como os diferentes tipos de gastos em infra-estruturas interagem entre si para afectar o consumo e a pobreza, foi feita uma nova estimativa da principal especificação, introduzindo, sequencialmente, na última especificação, variáveis artificiais representativas de outros bens públicos, e permitindo a inclusão de interacções no acesso aos transportes.

Porque a desigualdade de oportunidades é importante.

A desigualdade ne acesso a infra-estruturas básicas contribui para a desigualdade de oportunidades. A desigualdade de oportunidades ocorre quando as ambições das crianças e jovens do país não são satisfeitas por motivos de falta de acesso a serviços básicos (por exemplo, educação, saúde e conectividade rodoviária) devido às circunstâncias da sua localização ou família. Trata-se de um tipo de desigualdade nefasta para o crescimento, uma vez que limita as oportunidades de a futura força de trabalho potencial ser produtiva.[38] Este tipo de desigualdade também contribui para agravar a desigualdade e erodir a coesão social, que seria mais prevalente numa economia com maior capacidade de oferecer oportunidades para todos. Reduzir o défice de investimentos rurais de Moçambique, principalmente nas províncias setentrionais e centrais, é absolutamente necessário, a fim de se estabelecer um ponto de partida mais igualitário para todos os segmentos da população.

Como Reduzir o Défice de Investimento Rural?

Olhando para o futuro, Moçambique encontra-se à beira de um segundo período de expansão do investimento, que ocorrerá durante a próxima década, o que proporciona uma oportunidade tangível para abordar o défice crescente no que toca ao acesso a infra-estruturas básicas. Espera-se que as receitas provenientes da produção de gás alarguem significativamente a espaço fiscal em finais da década de 2020, proporcionando recursos consideráveis para Moçambique investir nas suas infra-estruturas e em melhores oportunidades para a população. Considerando este contexto favorável, a reforma do programa de investimento público colocaria Moçambique numa posição propícia para garantir que a população beneficiasse desses recursos de modo uniforme. Eis algumas recomendações-chave:

Definir metas específicas para satisfazer as necessidades das áreas desfavorecidas no Plano Quinquenal do Governo e no Plano Económico e Social. Se pretendemos que o programa de investimento público seja bem-sucedido na reversão dos défices crescentes nos níveis de acessos, é essencial levarmos em conta as disparidades espaciais, ao decidirmos onde e quanto investir. A análise apresentada neste relatório indica que não houve avanços suficientes na canalização de recursos para as áreas desfavorecidas e apela a um enfoque político mais nítido nesse sentido. Por exemplo, o Plano Quinquenal do Governo (o plano de cinco anos do Governo de Moçambique) e o Plano Económico e Social (o plano político anual subjacente ao orçamento) beneficiariam do facto de se adoptar, explicitamente, metas que identificassem as áreas desfavorecidas e métodos que permitissem verificar se essas áreas estariam a recuperar ou a ficar para trás.

Actualizar as fórmulas de alocação orçamental para que levem em conta os défices nos níveis de acessos. O processo de alocação do orçamento é, em grande parte, incremental. O mesmo começa por alocar os recursos de forma

[38] Banco Mundial (2019), "World Development Report: The Changing Nature of Work".

a garantir a cobertura dos gastos do ano anterior - principalmente em termos de salários, bens e serviços - a fim de assegurar a continuidade do funcionamento da administração pública. Em seguida, os recursos remanescentes (se existirem) são distribuídos através de um processo que engloba duas etapas: (i) com base nas tendências históricas, o governo divide os recursos entre o governo central e as províncias; (ii) uma vez determinada a quota do orçamento total que vai para as províncias, a alocação passa a ser feita através de uma fórmula que atribui um peso de 70% à população subnacional e de 30% ao índice de pobreza multidimensional.[39] Por conseguinte, apesar de a fórmula de alocação provincial ponderar as disparidades territoriais, o impacto distributivo é limitado, uma vez que só se aplica a uma pequena proporção do orçamento total. Um estudo recente da UNICEF (2017) mostra que, entre 2012 e 2014, a proporção de recursos sujeitos à fórmula distributiva correspondeu, em média, a um valor situado entre 0,4% e 0,8% do total anual de despesas, e entre 3% e 4% do envelope anual de investimento interno. Este valor tão pequeno demonstra o quão limitado é o potencial do mecanismo de repartição actualmente em vigor para combater as disparidades existentes ou produzir impactos sobre a população e a pobreza, o que cria um alto nível de dependência do orçamento. Além disso, as evidências sugerem que, quando comparadas com as estimativas baseadas nos critérios de alocação definidos através da fórmula,[40] a lei orçamental e as alocações de despesas realmente executadas são tendenciosas, a favor das províncias do sul, conduzindo à sub-alocação de recursos destinados às províncias do norte e centro do país, que são as mais pobres. Além disso, uma revisão recente do Banco Mundial sobre as alocações subnacionais (2018), que analisou as diversas transferências baseadas em fórmulas e as alocações aos distritos, destacou a limitada atenção atribuída à equidade pelas fórmulas de alocação, por exemplo, ao alocarem os mesmos valores a vários órgãos de governo subnacionais,[41] e ao adoptarem sucedâneos pouco sólidos para aferir as condições socioeconómicas e de acesso nos níveis subnacionais, limitando a possibilidade de se realizar uma avaliação exacta das necessidades locais (Banco Mundial, 2018).[42] Por conseguinte, ainda existe margem para aperfeiçoar o foco na equidade das fórmulas de alocação subnacionais, através da sua reestruturação no sentido de levarem em conta as disparidades de acesso, e da garantia de que, após reestruturadas, essas fórmulas sejam aplicadas na prática. O tipo de análise apresentada neste relatório, através da qual se mapeiam os défices e medidas relativas ao desenvolvimento, proporcionaria as informações necessárias para estabelecer essas reformas.

Redução de alocações ineficientes dos recursos de investimento para despesas correntes ou administrativas, através de um sistema de gestão do investimento público. A promoção de um orçamento para investimentos cada vez maior não deverá ser feita à custa de maiores ineficiências e de alocações desadequadas. A implementação de sistemas de gestão que permitam realizar a triagem dos investimentos antes de os financiar ajudará a limitar esta tendência do orçamento de investimentos em Moçambique e a aumentar a qualidade das despesas. A triagem também limitaria a ocorrência de desvios do orçamento para despesas recorrentes em detrimento do programa de investimento público. O Governo

[39] O índice de pobreza multidimensional combina a aferição do consumo dos agregados familiares com o acesso a serviços básicos. É distribuído da seguinte forma: consumo das famílias (30%), acesso a água potável (15%), acesso a saneamento (15%), saúde (20%) e educação (20%).

[40] Conforme descrito no documento e metodologia do QFMP, os critérios de alocação subnacional para as províncias correspondem a uma média ponderada, que atribui um peso de 70% à população subnacional e 30% ao índice de pobreza multidimensional (o qual combina os níveis de consumo doméstico dos agregados familiares com o acesso a serviços básicos). No que se refere aos distritos, a fórmula de alocação corresponde a uma média ponderada da população (35%), área (20%), receitas próprias distritais (15%) e índice de pobreza multidimensional (30%).

[41] Por exemplo, o Fundo de Estradas aloca 2 milhões de MZN por distrito, independentemente das características específicas de cada distrito.

[42] O PERPU e o FDD, por exemplo, utilizam níveis agregados de pobreza, que constituem um indicador limitado das necessidades relativas em termos de serviços básicos e que podem não ter uma relação tão evidente com os objectivos desses fundos, neste caso, a criação de emprego e a produção de alimentos. Poder-se-ia explorar a possibilidade de utilização de sucedâneos mais próximos, tais como os níveis de segurança alimentar, com vista a calcular uma estimativa do apoio necessário para a produção de alimentos.

de Moçambique está a estabelecer um sistema de gestão dos investimentos, que visa promover o impacto e a eficiência através da melhoria dos procedimentos de avaliação e selecção dos projectos. O sistema deverá ser alargado, de forma a incluir a monitora dos projectos de investimento e a cobrir os investimentos das empresas públicas e participadas, tendo em conta que, conforme ilustrado pela análise, estas entidades assumem uma quota considerável da carteira de investimento público.

Fortalecimento da mobilização das receitas municipais para financiar o investimento urbano, de forma a libertar recursos para as áreas rurais. A mobilização de receitas realizada pela maioria dos municípios encontra-se muito abaixo do potencial, uma vez que essas autoridades urbanas continuam a depender de transferências do governo central para financiarem as suas despesas gerais e os seus investimentos. Isso deve-se, principalmente, às limitações de capacidade técnica e administrativa dos municípios. Por exemplo, a maioria dos municípios não dispõe de bases de dados actualizadas sobre terrenos e outros activos, tais como imóveis, nem possui capacidade técnica para proceder à avaliação das propriedades, a fim de facilitar a cobrança de impostos sobre as mesmas. De igual modo, ainda existe uma margem significativa para melhorar a prestação de serviços municipais e a cobrança de impostos relacionados com os serviços. A melhoria da mobilização de receitas por parte das autoridades urbanas ajudaria a financiar os investimentos que são precisos para o bom andamento da urbanização e libertaria os recursos tão necessários para investir nas áreas rurais.[43]

Por último, a adopção de um plano de acção nacional que visasse o aumento do acesso a infra-estruturas básicas, sujeito a uma supervisão de alto nível, proporcionaria impulso e coordenação a estes esforços. O risco de os investimentos futuros contribuírem para manter o *status quo* ou aumentar o défice já existente é significativo. Um plano de acção claramente direccionado e sujeito a uma monitoria de alto nível ajudaria a inverter essa tendência. A coordenação é particularmente importante, tendo em conta a quota considerável de investimentos extra-orçamentais em infra-estruturas e a variedade de intervenientes envolvidos, principalmente no actual contexto de descentralização. As empresas públicas, municípios, províncias, projectos de doadores, organizações não governamentais e outras iniciativas privadas desempenham um papel importante. Tendo isso em conta, um plano de acção poderá influenciar, de forma mais abrangente, a dinâmica do investimento público e os resultados distributivos.

[43] Se desejar aceder a uma discussão mais detalhada sobre as reformas necessárias para melhorar a mobilização das receitas municipais, consulte o documento "Mozambique Urbanization Review" (Revisão da Urbanização de Moçambique) de 2017 emitido pelo Banco Mundial.

Referências

Banco Mundial *(próximo)*, "Atenção à Lacuna do Investimento Rural", Banco Mundial: Washington DC

Banco Mundial *(próximo)*, "Estratégia Nacional de Inclusão Financeira de Moçambique - Revisão a Médio Prazo", Banco Mundial: Washington DC

Banco Mundial, (2019), "Annual Meetings Macro-Poverty Outlook, (various countries)", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2019), "Commodity Markets Outlook – October 2019", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial (2019), "Doing Business in Mozambique- Comparing business regulations in 10 provinces with 189 other economies", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial (2019), "World Development Report - The Changing Nature of Work", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial (2017). "Mozambique Urbanization Review". Africa Urban and Resilience Unit. Moçambique, Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial (vários anos), "Indicadores de Desenvolvimento Mundial", Banco Mundial: Washington DC.

Dorosh et al.; "Urbanization, Rural-Urban Linkages, and Economic Development in Mozambique"; IFPRI; 2016. Relatório de contexto preparado para a Revisão da Urbanização em Moçambique do Banco Mundial - 2017.

Dorosh, P. *et al*. (2016). "Urbanization, Rural-Urban K=Linkages, and Economic Development in Mozambique". Background paper for the World Bank Mozambique Urbanization Review. Washington DC, EUA.

FMI, (2019), "World Economic Outlook: Global Manufacturing Downturn, Rising Trade Barriers", FMI: Washington DC.

FMI, (2019), "World Economic Outlook: Growth Slowdown, Precarious Recovery," FMI: Washington DC.

FMI, (2019), "2019 Article IV Consultation Staff Report for Mozambique," FMI: Washington DC.

FMI (2019), "Republic of Mozambique—Request for Disbursement Under the Rapid Credit Facility—Debt Sustainability Analysis," FMI, Washington DC.

Grandvoinnet, H.M.; Searle, B; Nombora, D; Raha, S; Tolbert, S. (2018). "Horizontal funds distribution to sub-national government in Mozambique: funding the districts and municipalities" - anotação à política. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial.

República de Moçambique, Banco Central de Moçambique (2019), "Indicadores Prudenciais e Económico-Financeiros," Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Banco Central de Moçambique (vários trimestres) "Défice da Balança de Pagamentos e Dados do Estudo Financeiro", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Banco Central de Moçambique (vários meses) "Boletim de Situação Mensal", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Banco Central de Moçambique (várias sessões) "Reuniões do Comité de Política Monetária", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (2019), "Lançamento de uma Solicitação de Consentimento em relação às notas pendentes" Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (2019), "Comunicação do Resultado da Resolução Escrita," Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças (vários anos) "Contas Auditadas do Estado", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças (vários anos) "Orçamento de Estado", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças (vários anos) "Relatório de Execução Orçamental", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças (vários anos) "Relatório Anual sobre a Dívida Pública", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística (vários anos) "Contas Nacionais", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística (vários meses) "Boletim do Índice de Preços no Consumidor", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística (vários meses) "Boletim do Índice das Actividades Económicas", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística (vários meses) "Boletim de Indicadores de Confiança Económica", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística (vários trimestres) "Indicadores Industriais a Curto Prazo", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, (2015) "Plano Quinquenal do Governo ", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, (2014) "Estratégia Nacional de Desenvolvimento: 2015 ' 2035", Maputo, Moçambique.

UNICEF (2017). "Analysis of the Budget Allocation Criteria by the Government of Mozambique: An analysis of the territorial Allocation". "UNICEF Mozambique Working Paper" MWP2017/06. Moçambique.

Vale Moçambique (2019), "Relatório de Desempenho Trimestral", Maputo, Moçambique

GRUPO BANCO MUNDIAL